

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCOSHIPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 120/2021
Data: 05/08/2021**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
REALITY PORTO 360° - O DESAFIO ESTREIA NESTA QUINTA-FEIRA	4
ANVISA CONFIRMA 13 CASOS DE COVID-19 EM NAVIO ATRACADO NO PORTO; TRÊS DESEMBARCARAM EM SANTOS	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	6
ANTAQ DEBATE SIMPLIFICAÇÃO DO ESTOQUE REGULATÓRIO DA NAVEGAÇÃO INTERIOR.....	6
PORTAL PORTO GENTE	7
PANDEMIA ANTECIPA TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS	7
POLÊMICA EM VOTAÇÃO DE SÚMULAS QUE RESPONSABILIZAM OS AGENTES MARÍTIMOS E AGENTES DE CARGA.....	9
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	11
BP BUNGE CONCLUI SAFRA DE INTEGRAÇÃO E ANUNCIA METAS ESG PARA 2030	11
FENOP PARTICIPA DE PALESTRA COM PORTOS RS	12
CODESA – RECORDE DE MAIS DE MEIO SÉCULO: MOVIMENTADAS 830 MIL T EM JULHO.....	12
PORTOS DO PARANÁ APRESENTA AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AO CEDES E AO TCE.....	13
SINOP: MOBILIZAÇÃO EM FAVOR DA FERROGRÃO TERÁ PRESENÇA DO MINISTRO DE INFRAESTRUTURA TARCÍSIO	16
MÍNFRÁ DIVULGA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO DA FIOI I	16
ISTOÉ - DINHEIRO	17
PF PRENDE TRÊS POR 5 MIL FRAUDES CONTRA O AUXÍLIO EMERGENCIAL.....	17
PETROBRAS CONTRIBUI NAS DISCUSSÕES COM GOVERNO SOBRE FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS	18
ALEMANHA, FRANÇA E ISRAEL IGNORAM APELO DA OMS E DARÃO 3ª DOSE CONTRA COVID-19	18
PETROBRAS GANHA MERCADO NO BRASIL NO 2º TRI; TEM FATIA DE 83% EM DIESEL E 84% EM GASOLINA.....	19
MONEYTIMES	19
AO VIVO: RELATOR DEFENDE DESESTATIZAÇÃO DOS CORREIOS PARA AUMENTAR INVESTIMENTOS.....	19
PETROBRAS MANTERÁ DESALAVANCAGEM, DIZ CEO, QUE VÊ ‘FRUTOS’ DE TRABALHO CONTINUADO	21
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	23
CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS E ALTA DO PETRÓLEO FAZEM PETROBRAS TER LUCRO DE R\$ 42,85 BI NO 2T21.....	23
JORNAL O GLOBO – RJ	25
PETROBRAS PODE ELEVAR AINDA MAIS DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, ALÉM DOS R\$ 31 BI ANUNCIADOS	25
COM ALTA DO PREÇO DO PETRÓLEO, É HORA DE RETOMAR LEILÕES NO PAÍS, DIZ DIRETOR-GERAL DA ANP.....	27
GUEDES DIZ QUE REDUZIR TRIBUTAÇÃO DE DIVIDENDOS EM REFORMA DEIXARÁ CONTA PARA EMPRESAS E TRABALHADORES	30
PRIMEIRA MISSÃO DE ALTOS FUNCIONÁRIOS DE BIDEN AO BRASIL PÔE FOCO NA CHINA E BUSCA RELAÇÃO PRAGMÁTICA COM BOLSONARO.....	32
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	34
‘SEGUIREMOS TRAJETÓRIA DE DESALAVANCAGEM E RETORNO FINANCEIRO’, DIZ SILVA E LUNA.....	34
GOVERNO SOLICITA ESTUDOS PARA RETER ÁGUA EM RESERVATÓRIOS NO PERÍODO DE CHUVAS	34
CÂMARA COMEÇA DISCUSSÃO PARA VOTAR PROJETO QUE ABRE CAMINHO PARA PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS	35
BOLSONARO CONVERSA SOBRE 5G COM CONSELHEIRO DE SEGURANÇA NACIONAL DOS EUA.....	37
CORREIOS: ENTENDA A PROPOSTA QUE ABRE CAMINHO PARA A PRIVATIZAÇÃO DA ESTATAL.....	37
INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL CAEM 74% EM 2020, MAS SOMAM US\$ 66,1 BI EM 14 ANOS	38
EINSTEIN E OS PAINÉIS SOLARES.....	40
VALOR ECONÔMICO (SP)	41
‘VAMOS PARTICIPAR DOS PRÓXIMOS LEILÕES, TEMOS ESTRUTURA DE CAPITALSADIA’, DIZ PRESIDENTE DA IGUÁ.....	41
MINÉRIO DE FERRO DESABA NA CHINA E REGISTRA MENOR NÍVEL EM QUATRO MESES	42
RAÍZEN ESTREIA NA B3 DISTANTE DOS MÚLTIPLOS DE RENOVÁVEIS	43
ESTUDO MAPEIA ACESSO À REDE 4G EM ÁREAS DE CANA DE SÃO PAULO	44
NORTE ENERGIA VÊ OPORTUNIDADES COM VENDA DA ELETROBRAS	45
CAMINHONEIROS ARGENTINOS BLOQUEIAM EXPORTAÇÃO DE MILHO PELO PORTO DE BAHIA BLANCA.....	47
FOLHA DE SÃO PAULO - SP	48
É SE AS RODOVIAS FOSSEM ELÉTRICAS? A ALEMANHA ESTÁ TESTANDO A IDEIA	48
BRASIL SE CONSOLIDA COMO PRINCIPAL DESTINO SUL-AMERICANO DE INVESTIMENTOS CHINESES, MOSTRA ESTUDO INÉDITO	51



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 120/2021
Página 3 de 54
Data: 05/08/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

AGÊNCIA BRASIL - DF	53
BRASIL QUER CHEGAR A 2030 COM 30% DE COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS	53
PROJETO PILOTO EMBARQUE + SEGURO CHEGA AO AEROPORTO DE BRASÍLIA	54
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	54
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	54



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

REALITY PORTO 360° - O DESAFIO ESTREIA NESTA QUINTA-FEIRA

Programa Porto 360° - O Desafio mostrará processo de contratação de grande terminal, com disputa entre grupos,

Por: Redação



No primeiro episódio, os CEOs das empresas vão apresentar um problema real para os participantes
Foto: Alexander Ferraz/AT

Estreia nesta quinta-feira (5), às 19h45, o programa Porto 360° - O Desafio, sob o comando do apresentador Maxwell Rodrigues. A atração, disponível pelo YouTube de A Tribuna e pelo Facebook do Grupo Tribuna, mostrará ao público o processo de contratação

de um grande terminal portuário, uma oportunidade para conhecer mais sobre o cais santista e se preparar para o mercado de trabalho no setor.

Ao final dos oito episódios, de 30 minutos cada e exibidos sempre às quintas-feiras, três dos nove candidatos serão contratados pelos terminais de contêineres que participam do projeto: Brasil Terminal Portuário (BTP), Santos Brasil e DP World Santos.

No primeiro episódio, os CEOs das três empresas vão apresentar um problema real aos participantes que, divididos em três grupos, deverão encontrar a melhor solução. De acordo com o comandante do reality, o objetivo é aproximar mais a população ao complexo portuário, com uma proposta de entretenimento e linguagem mais acessível.

“Falar de Porto para quem é de Porto é fácil, mas para falar de Porto para quem não é do setor você tem que usar esse recurso do entretenimento. Todo esse processo (a ser apresentado no programa) é o que, hoje, os profissionais fazem dentro dos terminais”, diz o apresentador.

Vantagens

Rodrigues explica que os desafios serão lançados ao longo dos episódios. Em três deles, o grupo que apresentar o melhor desempenho, receberá um prêmio, uma vantagem sobre os demais – lembrando que os três membros do time vencedor serão contratados, um para cada terminal. Quem se destacar entre eles ganhará um MBA na Strong FGV.

Entre essas vantagens, haverá uma ligação para um dos CEOs, um passeio de lancha com a Praticagem pelo Canal do Porto de Santos e uma apresentação em Power Point feita pela equipe de Marketing do Grupo Tribuna.

A apresentação dos projetos será feita em duas etapas, no sétimo episódio, para Maxwell Rodrigues e os mentores (leia adiante), e no oitavo e último programa para os executivos. “Depois, vou me reunir com os executivos para definir qual o melhor projeto, o projeto ganhador”, revela.

Mentoria

Durante o processo, os grupos contarão com o apoio e a mentoria de Sebrae, Fundação Getúlio Vargas (FGV) e técnicos dos terminais. O apresentador do Porto 360° - O Desafio conta que o objetivo da troca é lapidar as ideias expostas.

“O mentor tem a obrigação de ajudar a entregar três bons projetos. É obvio que existe a competição entre eles (participantes) pelo emprego, mas o mentor tem uma participação de contribuição no projeto. A ideia será deles, mas é preciso entender que esses mentores vão ajudar a apresentar (a solução) aos executivos”, explica Rodrigues.

O apresentador ressalta que as escolhas pelos mentores do Sebrae, da FGV e dos profissionais dos terminais serão necessárias para destacar habilidades que o mercado de trabalho e o setor procuram.

“Ter a participação do Sebrae é extremamente importante para que a gente possa dar aos participantes noções de empreendedorismo. Hoje, as empresas estão buscando profissionais que resolvam problemas, e não que identifiquem problemas. Evidente que precisamos de conteúdo, e ninguém melhor do que a FGV para gerir conteúdo e, principalmente, projetos. E os mentores técnicos, para que agreguem a informação técnica do processo”, aponta Rodrigues.

Convite

Maxwell Rodrigues ressalta que o Porto tem um impacto muito grande na economia nacional, mas principalmente na Baixada Santista, com a geração de empregos. E ele convida os leitores a acompanharem o programa para explicar o funcionamento do processo seletivo.

“No meu entendimento, havia, talvez, uma miopia bastante grande sobre a forma como o Porto está contratando, o que está contratando e o que está olhando. E a gente precisava desmistificar isso. Nada melhor do que criar um projeto que mostre a realidade desse processo”, considera o apresentador.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 05/08/2021

ANVISA CONFIRMA 13 CASOS DE COVID-19 EM NAVIO ATRACADO NO PORTO; TRÊS DESEMBARCARAM EM SANTOS

Tripulantes da embarcação estão cumprindo quarentena no cais santista desde o último sábado
Por: ATribuna.com.br



Navio CS Crystal está atracado no Porto de Santos Foto: marinetrffic.com

Dos 20 tripulantes da embarcação CS Crystal, que está atracada no Porto de Santos, 13 deles testaram positivo para a covid-19. A informação é da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nesta quarta-feira (4). Três pessoas já desembarcaram e recebem atendimento na cidade. A Anvisa não revelou onde cada

um dos tripulantes está internado.

O cargueiro de bandeira da Bahamas segue em quarentena desde o último sábado (31) e está atracado no terminal da Usiminas. O Grupo de Vigilância Epidemiológica do Estado de São Paulo, regional de Santos, solicitou o sequenciamento genômico dos tripulantes que desembarcaram na cidade.

A Usiminas informou que o navio foi imediatamente isolado e que os Armadores e Agentes Marítimos acionaram os protocolos previstos pela Anvisa. Agora, a empresa aguarda testagem dos demais tripulantes e instruções da agência. O CS Crystal segue em quarentena no cais santista até o próximo dia 15.

Outro caso

Outro navio, o MTM Southport, que veio da Bahia, tem um total de 23 tripulantes e também está em quarentena há 12 dias em Santos. A Anvisa suspendeu as operações da embarcação após 14 testes positivos da covid-19.

Cinco tripulantes recebem assistência médico-hospitalar na rede de saúde local e dois deles testaram positivo para a variante Delta do novo coronavírus. A quarentena do navio está prevista para terminar no sábado (7).

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 05/08/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ DEBATE SIMPLIFICAÇÃO DO ESTOQUE REGULATÓRIO DA NAVEGAÇÃO INTERIOR

A proposta de norma sobre a matéria está em consulta/audiência pública no portal da Agência, e os interessados têm até às 23h59 do dia 07/08/2021 para enviar suas sugestões



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ realizou nesta quarta-feira (04), a audiência pública virtual nº 14/2021-ANTAQ, voltada ao aprimoramento das propostas de atos normativos relativos ao Tema 1.1 da Agenda Regulatória do biênio 2020/2021, que versa sobre "Simplificar o Estoque Regulatório da Navegação Interior".

Os trabalhos da audiência virtual foram conduzidos pelo superintendente de Regulação da ANTAQ, Bruno Pinheiro, e secretariados pelo secretário-geral da Agência, Paulo Morum, e contaram com a participação do diretor da

Autarquia, Adalberto Tokarski, da gerente de Regulação da Navegação Interior da Agência (GRI), Patrícia Gravina, e do especialista em Regulação de Transportes Aquaviários da GRI/ANTAQ, Pedro Soares.

Durante a audiência virtual, o diretor Adalberto Tokarski, que é o relator da matéria, destacou os avanços trazidos pela proposta da ANTAQ: "É uma proposta robusta, complexa e que merece uma ampla discussão para, ao final, chegarmos a um conjunto regulatório que atenda ao usuário e ao regulado na busca da melhor regulação da prestação de um serviço adequado, como é preconizado pela Agência", observou.

Consulta pública

A audiência virtual em si tem por finalidade debater e tirar dúvidas sobre a proposta de norma que está em consulta pública no portal da Agência (<https://www.gov.br/antaq/pt-br>). As contribuições e sugestões para essa proposta de norma deverão ser enviadas para ANTAQ por meio de questionário eletrônico, que está disponível no portal da Autarquia, até às 23h59 do dia 07/08/2021.

As minutas jurídicas e os documentos técnicos desta proposta de norma estão disponíveis no endereço eletrônico <https://www.gov.br/antaq/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/participacao-social/>.

Foco no destinatário



Atualmente, as normas da navegação interior estão escritas em termos do tipo de navegação. Há uma norma para navegação de travessia, outra para a navegação longitudinal de cargas, e assim por diante. Ao todo, são 11 normas para o setor, e a proposta é reduzir para apenas três.

"A ideia é agrupá-las pensando no destinatário a quem a norma se dirige e, ao mesmo tempo, trazer mais clareza, eliminar repetições, denominações diferentes de documentos entre as normas, por meio de textos mais enxutos", como explicou a gerente de Regulação da Navegação Interior da ANTAQ, Patrícia Gravina, ao detalhar a proposta da Agência.

Alinhada ao disposto no Decreto nº 10.139/2019, que determinou à ANTAQ a revisão e consolidação de seus atos normativos, a estruturação pensada pela Agência para essas três normas é a seguinte: direitos e deveres dos usuários do transporte coletivo com caráter público; direitos e deveres para os usufruidores do transporte privado; e procedimental – outorga e afretamento.

"Com isso, as resoluções de transportes de passageiros, direitos de beneficiários (idosos, jovens de baixa renda etc.), a parte de direitos e deveres e a de sanções migram para norma de transporte público. Já as resoluções que diziam respeito ao transporte de cargas e ao transporte privado de pessoas, à homologação de embarcações e mercante, aos acordos operacionais e equivalência na capacidade de acordo operacional passam para a norma de transporte privado. Por fim, na norma de procedimentos, serão reunidos os procedimentos que existiam em normativos do transporte de passageiros e afretamento de embarcações", concluiu.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 04/08/2021



PORTAL PORTO GENTE

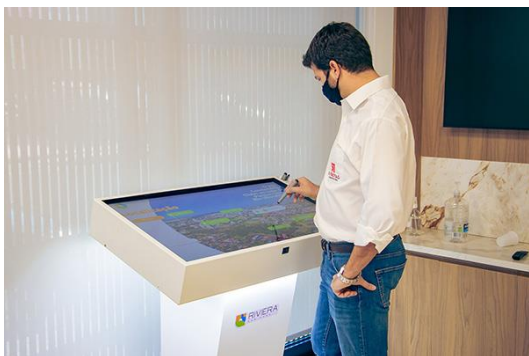
PANDEMIA ANTECIPA TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS

Assessoria de Comunicação

Enquanto muitos setores tiveram que fechar empresas e demitir, o segmento de tecnologia e inovação cresce ao criar soluções para superar a crise e ajudar companhias a sobreviver. Em Goiás, empresa do segmento cresce 65% e atende 18 estados brasileiros mais o Distrito Federal

Que tal conhecer o decorado de um apartamento no qual está interessado sem sair de onde está, usando o seu celular ou computador, inclusive, com a possibilidade de tirar medidas para planejar a decoração? Quer, também do seu computador ou celular, conhecer a vizinhança do seu futuro imóvel? Saber quanto tempo gastará para levar as crianças à escola? Quais opções de supermercado, de clínicas médicas, de lazer terá a sua disposição? Ou então poder ver como será a vista real do exato andar onde fica o apartamento que você comprou na planta? Acredite, graças às tecnologias digitais de hoje tudo isso sugerido anteriormente é possível, e diante das transformações que a pandemia trouxe, o uso dessas soluções passou a ser ainda mais requisitadas e adotadas.

É o que constatou uma pesquisa global da consultoria KPMG feita entre maio e julho de 2020 com 780 executivos, líderes de "estratégia de transformação digital" de empresas em dez países diferentes, entre eles o Brasil. Junto às companhias brasileiras consultadas, 71% informaram que anteciparam seus planejamentos de transformação digital por causa da pandemia, enquanto 67% aumentaram os investimentos para esse fim de forma significativa ou moderada. Entre as conclusões do estudo, está o fato de que a pandemia não mudou tendências, mas sim acelerou as transformações digitais.



Tela Digital, uma das soluções desenvolvidas pela Skyline. Divulgação.

As empresas que souberam investir em soluções digitais para contornar as limitações impostas pela Covid-19 sobrevivem e até crescem. Mas e aquelas que criaram tais soluções? Essas não só cresceram como se mostraram essenciais para um futuro que chegou um pouco mais rápido. Empresas como a Skyline Inovação & Produções, que foi criada em 2015, a partir da sociedade formada por dois amigos de infância, o engenheiro civil Andreyve Melo e o administrador de empresas Gabriel Caixeta. Sediada na cidade de Anápolis, a cerca de 50 quilômetros de Goiânia, a empresa é especializada em desenvolver ferramentas digitais de vendas para o mercado imobiliário, registrou um crescimento de 65% em sua demanda, na comparação entre 2019 e 2020.

“Sem dúvida essa procura das empresas por soluções digitais acelerou demais durante a pandemia. Tanto que tivemos que contratar mais pessoas”, afirma Andreyve Melo, um dos sócios fundadores da Skyline, que com apenas seis anos de mercado, não só conquistou o mercado goiano em pouco tempo, como hoje presta serviços para construtoras e incorporadoras em 18 estados diferentes e no Distrito Federal. Ele explica que sua empresa desenvolve por meio de soluções utilizando imagens digitais (vídeos e fotos de alta definição) e recursos como gamificação, animação digital, realidade virtual e realidade aumentada.

Segundo Gabriel Caixeta, também sócio-fundador da Skyline, enquanto muitos setores, durante a pandemia, fecharam empresas e demitiram em massa, o segmento de tecnologia e inovação estava na contramão disso, e ainda segue crescendo. “Nós entregamos justamente soluções digitais, para aquele momento com estandes fechados, com corretor podendo atender só de forma remota”, destaca o executivo ao falar das soluções digitais que oferece especialmente para incorporadoras.

Embora todos os seus clientes ativos sejam oriundos do mercado imobiliário, Gabriel reconhece que as soluções digitais que sua empresa desenvolve podem sim ser usadas para empresas de outros segmentos. “Já atendemos, por exemplo, empresas do setor automobilístico. Este ano mesmo, fizemos para a Saga um trabalho usando o Tour 360° para o novo Toyota Corolla Cross”, afirma Caixeta.

Mais procurados

O Tour 360°, citado por Gabriel Caixeta, é uma das 25 ferramentas digitais desenvolvidas pela Skyline e, inclusive, foi uma das mais procuradas durante o último ano de pandemia, pelas incorporadoras. Ele explica que com a impossibilidade de se fazer visitas presenciais aos decorados dos lançamentos imobiliários, devido às restrições impostas pelas medidas sanitárias contra a Covid-19, qualquer pessoa, a partir de qualquer lugar com internet e usando um computador ou celular consegue fazer uma visita virtual do apartamento modelo usando a ferramenta Tour Decorado 360°.

Segundo Andreyve, a ferramenta digital traz uma experiência visual única, pois por meio dela, é possível de forma virtual caminhar pelo decorado, andar pelos cômodos, conferir detalhes de acabamento e até fazer as medidas de espaços para planejamento da decoração e do mobiliário. “É possível visualizar um modelo digital da planta baixa do apartamento, bem como sua maquete em 3D. É uma ferramenta digital que você consegue abrir de forma fácil por meio de um link, então o corretor consegue abrir até pelo seu WhatsApp”, esclarece.

Outro produto da Skyline também bastante demandado durante a pandemia foram as telas interativas, que consistem basicamente na digitalização de espaços reais, reunião e organização estrutural de todas as informações de um empreendimento imobiliário para uma apresentação nos estandes de vendas de uma forma altamente realista. O dispositivo, inclusive, é um dos carros-

chefe da empresa e está instalado em mais 100 estandes imobiliários espalhados pelo país, em empresas de capital aberto como o Grupo Cyrela, MRV e RNI. “A Tela Interativa permite fazer uma apresentação dinâmica, clara e bem detalhada do empreendimento; e ao cliente final, o comprador do imóvel, a possibilidade de vivenciar virtualmente os ambientes com uma sensação de presença e alto realismo. E o acesso ou operacionalização deste sistema é altamente intuitivo. Todas as informações e detalhes sobre um empreendimento estão a um toque na Tela”, descreve Andreyve.

Desafios

Para Andreyve Melo e Gabriel Caixeta, os principais desafios de sua empresa, que tem por missão desenvolver e oferecer soluções digitais para outras empresas, são três: entender as dores e dificuldades de seus clientes, depois transformar os recursos tecnológicos que se tem disponíveis em experiências únicas para os clientes finais, que no caso das incorporadoras, são os compradores de imóveis; e por fim ter um time altamente capacitado e atualizado com as mais modernas tecnologias disponíveis.

“Em geral quem passa esse primeiro briefing é a equipe de marketing da empresa, que faz uma apresentação desse produto para gente. É quando eles explicam sobre a localização, o produto que será lançado, seus diferenciais, seu projeto. E isso ocorre numa reunião de briefing. Então assimilamos todas essas informações e sugerimos também algumas coisas em relação a estratégia de apresentação desse produto e de soluções que podem ajudar. E todos esses dados subsidiam as ferramentas que oferecemos”, detalha Andreyve.

Depois de assimilado e entendido todo o projeto e seu conceito, a equipe da Skyline passa para a produção propriamente dita, que é essencialmente a captação de imagens e áudios que irão compor os conteúdos dessas soluções digitais oferecidas pela empresa. Gabriel Caixeta explica que o desafio, nessa fase, é traduzir uma experiência sensorial e audiovisual de um produto por meio dos recursos tecnológicos. “Aí vem a necessidade de termos uma equipe muito bem capacitada. Para isso investimos muito em estratégias que atraiam os melhores profissionais disponíveis no mercado, especialmente na área de tecnologia digital. Além de oferecermos um ambiente de trabalho de desconpressão, mais leve, atrativo e que estimula a criatividade, temos para nossos colaboradores alguns benefícios, como premiações mensais e participações em resultados. Tudo isso, dessa forma, visa agregar aos ganhos desses colaboradores, cuja a grande maioria é contratada em regime celetista”, explica Gabriel Caixeta.

De acordo com Andreyev, entendido o conceito do produto apresentado pelo cliente, o próximo passo é buscar um roteiro das ações e peças audiovisuais que serão criadas. “Se o cliente não tiver este roteiro nós ajudamos com isso. Depois, com base neste roteiro, elaboramos um orçamento, e sendo aprovado, partimos para as sugestões de locutores e trilhas sonoras, quando necessário. Também fizemos a montagem do storyboard. Paralelo a tudo isso captamos todas as imagens (fotos e vídeos), quando necessário uso de casting também já fazemos as gravações nesta etapa”, descreve Andreyve, ao falar das etapas para desenvolver as soluções que oferecem para seus clientes.

Em seguida, o processo de produção entra na fase de edição mesmo. É quando todo o material de áudio e vídeo coletado se une às informações passadas pelas incorporadoras. “Pegamos tudo isso e fizemos a montagem dessa estrutura, e antes mesmo de passarmos para a próxima etapa, aprovamos isso com o cliente. Havendo aprovação, seguimos para a fase de uso de animações e de motions graphics, que é a fase da computação gráfica. E depois disso mostramos para o cliente e, se necessário, são feitos os ajustes”, acrescenta Andreyve.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 05/08/2021

POLÊMICA EM VOTAÇÃO DE SÚMULAS QUE RESPONSABILIZAM OS AGENTES MARÍTIMOS E AGENTES DE CARGA

Redação Portogente

Nesta sexta-feira (6/8), acontece no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) um julgamento polêmico para as atividades portuárias do Brasil. Está em pauta a aprovação ou rejeição das propostas de Súmulas (43ª e 45ª), que estabelecem o entendimento de que agentes marítimos e agentes de carga são responsáveis pelas multas em razão do atraso na prestação de informações sobre veículos ou cargas nele transportadas.



Cargas embarque

O Conselho é o órgão colegiado superior, responsável pelo julgamento de processos administrativos (tributários e aduaneiros) e vem estudando a edição de súmulas que responsabilizam os agentes marítimos e os agentes de carga. As súmulas são enunciados que expressam o entendimento consolidado por uma Corte ou Tribunal sobre determinada matéria.

Em 2019, essa tentativa foi frustrada quando foram rejeitadas as súmulas que estabeleciam que o agente de carga e o agente marítimo, na condição de representantes no país do transportador estrangeiro responderiam pelas infrações cometidas no transporte de mercadorias por navios.

O entendimento vinculante impactará diretamente centenas de processos administrativos que aguardam julgamento definitivo na esfera administrativa sobre as multas Siscomex Carga (Siscarga) prejudicando sensivelmente a classe dos Agentes Marítimos e Agentes de Carga. O Siscarga é o sistema responsável por controlar todo o movimento de cargas, contêineres vazios e embarcações que transitam nas vias aquáticas do território nacional.

Apesar da não aprovação destas súmulas no passado, o CARF novamente trouxe à tona a votação dos enunciados de súmulas que responsabilizam importantes intervenientes do comércio exterior. No dia 5 de julho, foi publicada a Portaria nº 7.974, convocando seus conselheiros para análise e votação de enunciados, revisão e cancelamento de súmulas. Dentre os principais enunciados de súmulas destacam-se as seguintes propostas: 43ª, o agente marítimo, enquanto representante do transportador estrangeiro no país, é sujeito passivo da multa descrita no art. 107 inciso IV, alínea 'e' do Decreto-Lei 37/66. (multa de R\$ 5 mil por deixar de prestar informações sobre veículo ou carga nele transportada); 45ª, o agente de carga responde pela multa prevista no artigo 107,IV, 'e' do Decreto-Lei 37/66, quando descumprir o prazo estabelecido pela Receita Federal para prestar informação sobre a desconsolidação da carga.

Em relação à 43ª proposta, que insiste na responsabilização do agente marítimo, o advogado Marcelo Machado Ene, representante do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar) esclarece que a legislação não prevê que essa punibilidade seja imputada ao agente marítimo. "A figura dele não está elencada na obrigação acessória de pagar a multa estipulada no art. 107, IV, 'e', do Decreto-Lei 37/66", nem tampouco se pode considerar o representante do transportador como responsável solidário para arcar com as vultosas quantias, disse.

Sobre a punibilidade do agente de carga, o advogado Luiz Henrique Oliveira, ex-presidente da Comissão de Direito Marítimo e Portuário da OAB-SP afirma que a aprovação da proposta de súmula poderia resultar na formação de inúmeras decisões genéricas e imotivadas dentro do órgão colegiado, sem a devida análise das circunstâncias do caso concreto que resultaram no atraso na prestação das informações. "O sistema utilizado pela Receita Federal não permite que o agente de carga preste suas informações antes do agente marítimo e demais intervenientes. Assim, se um interveniente por qualquer motivo incorrer em atraso, o agente de carga também atrasará e será injustamente penalizado", destacou Oliveira, que é especialista em Direito Marítimo e sócio do escritório Luiz Henrique Oliveira Advogados.

A aprovação dessas súmulas resultaria também em prejuízo de bilhões ao comércio exterior brasileiro, especialmente aos agentes marítimos e agentes de carga, empresas que normalmente contribuem com impostos e empregam centenas de pessoas no mercado de shipping.

Proposta 22

Outro tema polêmico no órgão diz respeito à 22ª Proposta de revisão da Súmula que trata da prescrição intercorrente. Este tema já foi objeto de discussão entre os conselheiros e também será revisada pelo CARF, à medida que centenas de processos administrativos ficam paralisados por anos no órgão, sem julgamento. Em razão disso, vem ganhando força o entendimento de conselheiros no sentido de que, em relação às multas de natureza aduaneira (não tributárias), pode, sim, ocorrer a prescrição intercorrente com o cancelamento das penalidades aplicadas.

O setor marítimo aguarda a decisão do CARF e espera que novamente que as propostas súmulas 43ª e 45ª sejam rejeitadas, preservando a segurança jurídica das agências marítimas e agente de cargas. A reunião com a discussão destes e outros temas será realizada pelo CARF, dia 6, às 9h30, por videoconferência e transmitida ao vivo pelo Youtube.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 05/08/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

BP BUNGE CONCLUI SAFRA DE INTEGRAÇÃO E ANUNCIA METAS ESG PARA 2030

Informação: Guia Marítimo (5 de agosto de 2021)

Em sua primeira safra (de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021), a BP Bunge Bioenergia concluiu seu ciclo inaugural completo com resultados positivos. EBITDA de R\$ 3,4 bilhões, o que representa um crescimento de 63% sobre a safra anterior, e margem EBITDA de 56%, contra 42% da safra 19/20, são reflexo do aumento das receitas com a comercialização de açúcar e ganhos de eficiência operacional.

“Mesmo diante de um período tão desafiador, com as ameaças da pandemia do Covid-19 e da seca na região Centro-Sul do País, realizamos nosso plano de integração e gestão com captura de sinergias e alcançamos excelentes resultados”, avalia Mario Lindenhayn, presidente executivo e do Conselho de Administração da BP Bunge Bioenergia.

A moagem total de cana-de-açúcar pelas 11 usinas da empresa somou 27,3 milhões de toneladas no período. O ATR médio foi de 137,23 kg/ton, aumento de 6% em relação à safra anterior, resultado das melhores práticas de manejo do canavial.

“O investimento significativo e contínuo em plantio e tratamentos se reflete nos ganhos de ATR, por exemplo. Somente na safra passada, foram destinados R\$ 1,3 bilhão, e vamos seguir investindo em produtividade e tecnologia agrícola, além de maximizar o uso da capacidade industrial nos próximos ciclos”, diz Geovane Consul, CEO da empresa.

Juntamente com seus resultados operacionais e financeiros da safra 20/21, a companhia também apresenta seus indicadores ambientais e sociais, seguindo a metodologia GRI (Global Reporting Initiative), em seu primeiro Relatório de Sustentabilidade e divulga seus compromissos ESG para os 10 primeiros anos de operação, com conclusão em 2030.

A iniciativa “Nossos Compromissos 2030”, alinhada à estratégia de negócios da BP Bunge Bioenergia e aos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, organiza metas relacionadas a temas prioritários em pilares: Planeta, Pessoas, Princípios de Governança e Prosperidade.

São 15 compromissos estabelecidos para os dez primeiros anos de operação, até 2030. São metas específicas como: reduzir em 10% as emissões de gases de efeito estufa na produção de etanol; reduzir em 10% a água de uso industrial captada; plantar 2,3 milhões de mudas de espécies nativas; e atingir taxa zero de acidentes com afastamento, entre outras.

“Estamos preparados para os próximos ciclos com uma agenda ESG integrada à estratégia de negócios para maximização dos investimentos, consolidação das sinergias da integração e captura de oportunidades de mercado”, afirma Lindenhayn.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 05/08/2021

FENOP PARTICIPA DE PALESTRA COM PORTOS RS

Informação: FENOP (5 de agosto de 2021)

A FENOP participou na sexta-feira (30/7), via videoconferência, de palestra com os Portos RS. O tema foi saúde ocupacional, segurança e meio ambiente na rede portuária, na visão da FENOP.

Entre os palestrantes estavam o presidente da FENOP, Sérgio Aquino, a gerente executiva, Maria Cristina Dutra e o coordenador do Comitê de Segurança, Hemerson Braga.

Para Aquino o país necessita de planejamentos de Estado. “Quando há planejamento essas questões também têm tempo de serem solucionadas. É necessário a valorização de treinamentos e qualificações no setor portuário, é necessário a valorização de pesquisas e desenvolvimento tecnológico e de processos logísticos, porque tudo isso auxilia nas questões ambientais”, explicou.

Braga finalizou pontuando a importância da desburocratização dos temas. “Às vezes, criamos modelos de controle que geram muitos problemas e acabam se tornando inexecutável, tanto para quem está fazendo, quanto para quem vai analisar. Saúde, segurança e meio ambiente são temas que precisamos estar com energia alta para discutir e ter consciência e sustentabilidade de levar a melhor prática possível, dentro do que possa ser realizado.”

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 05/08/2021

CODESA – RECORDE DE MAIS DE MEIO SÉCULO: MOVIMENTADAS 830 MIL T EM JULHO

Informação: CODESA (5 de agosto de 2021)



Foto: CODESA

Em um ano de recuperação para o setor portuário devido a pandemia, o Porto de Vitória conseguiu um feito histórico: quebrou em julho deste ano, o recorde mensal de movimentação, feito que não acontecia há 56 anos, com a operação de 830,209 t de cargas. Maior também que setembro de 2020, quando foram movimentadas 815.151 t.

No acumulado do ano, o Porto segue na sua trajetória de excelentes resultados em 2021: de janeiro a julho deste ano, o aumento é de quase 30% na comparação com o mesmo período do ano passado. Já no comparativo mensal entre julho deste ano e julho do ano passado, o aumento é de 23,7%.

Fazendo história

O resultado atual não era registrado desde 1965, quando circularam mais de 10 milhões de t naquele ano, cuja média mensal era de 833.000 t. A movimentação de cargas em julho deste ano foi tão expressiva que, comparada ao mesmo mês do ano passado, foi superior em 23,7%, quando registrou 671.000 t.

O recorde anual (10 milhões de t) verificado em 1965, aconteceu devido ao minério de ferro, da então CVRD (hoje, Vale) que era exportado pelos Cais Eumenes Guimarães e de Paul, localizados na margem Vila Velha. Estas informações constam no livro O Porto de Vitória – Expansão e Modernização (1950-1993), pág. 92, da historiadora Maria da Penha Smarzaró Siqueira.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 05/08/2021

PORTOS DO PARANÁ APRESENTA AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AO CEDES E AO TCE

Informação: Agência de Notícias do Paraná (5 de agosto de 2021)

A empresa Portos do Paraná apresentou nesta terça-feira (3) ao conselheiro-corregedor-geral do Tribunal de Contas do Estado, Fernando Guimarães, e Keli Cristina Guimarães, vice-presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná (Cedes), informações atualizadas referentes à administração e aos contratos vigentes, além da plataforma para cumprir os tópicos da Agenda 2030, de desenvolvimento sustentável.

Segundo o diretor jurídico da empresa pública, Marcus Vinicius Freitas dos Santos, alguns dos temas abordados foram o cenário atual dos portos paranaenses, a modernização e ampliação do corredor de exportação, os contratos de arrendamentos, as novas licitações para exploração de áreas portuárias, a apresentação da área da poligonal, o canal de navegação, as fases de dragagem, a organização da chegada dos caminhões, a divisão de cargas por modais e o projeto para o novo moegão, entre outros.



Tribunal de Contas visita a Portos do Paraná – Paranaguá, 04/08/2021 – Foto: Claudio Neves/Portos do Paraná

“Todos os nossos projetos são voltados ao desenvolvimento sustentável. É o que estamos implantando nos contratos, nas concessões e na gestão dos portos de Paranaguá e Antonina”, afirmou.

Ele destacou que a empresa pública promove projeto de Educação Socioambiental nas escolas e diálogos de segurança, meio ambiente e saúde com

trabalhadores; campanhas de prevenção e combate ao assédio sexual; monitoramento periódico dos mangues do Litoral; e implementação de formas de energia sustentável, como a solar, entre outros exemplos.

Keli explicou que o foco da Cedes é a absorção e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). “O Governo do Estado quer que cada secretaria, cada órgão público dentro do governo, tenha o selo dos ODS”, disse.

Ela afirmou que o Paraná é hoje reconhecido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – entidade internacional que apoia cidades e estados a desenvolver, implementar e monitorar estratégias para alcançar os ODS – como o Estado de melhor sustentabilidade do País, que cuida do meio ambiente em todas as áreas, não só nesse segmento específico.

“É um avanço gigante, fomos comparados com os 38 países mais desenvolvidos do mundo e somos exemplos globais em diversos segmentos”, disse.

“Viemos conhecer a realidade, vir ao local ver o que está acontecendo. E também é uma visita de cortesia para desmistificar a ideia que o Tribunal é um órgão simplesmente punitivo”, acrescentou o conselheiro do Tribunal de Contas.

Ele lembrou que o TCE tem função de ser proativo, conhecer as realidades e sugerir melhorias, se for o caso. “Quanto mais boas práticas encontrarmos, melhor é para o Estado e para gestão”, disse Guimarães. “O indicador é que quanto menos tomadas de contas e impugnações nós fizermos, mais eficientes são a gestão e nossa atuação preventiva”.

Conheça as ações da Portos do Paraná dentro dos 17 Objetivos de Desenvolvimentos Sustentável (ODS):

1 – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

A Portos do Paraná capacita e habilita os setores sociais, atuando na melhoria da qualidade ambiental e de vida da população mais vulnerável. É também a responsável pela construção de trapiches em comunidades que estão na área de influência direta da obra de dragagem de aprofundamento, para melhora na atividade cotidiana da pesca de subsistência dessas populações.

2 – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

A Portos do Paraná aprovou junto ao ICMBio a execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, que trata de recuperação de ambientes agrícolas em áreas rurais no entorno da baía, principalmente àqueles localizados em áreas de preservação permanente, utilizando o uso de Sistemas Agroflorestais. O objetivo é não apenas incentivar a recuperação de áreas degradadas, mas fazê-la de forma sustentável, que traga a biodiversidade para a região e também a soberania alimentar das populações mais vulneráveis, com espécies nativas, alimentícias e de reconhecido valor econômico agregado.

3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

A diretoria de Meio Ambiente dos Portos do Paraná, dentro do Programa de Comunicação Social, realiza campanhas periódicas de combate à dengue, programas de vacinação, de controle e proliferação de vetores e o Programa de Gerenciamento das Emissões Atmosféricas.

4 – Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

A empresa pública promove Projeto de Educação Socioambiental nas escolas e diálogos de segurança, meio ambiente e saúde com trabalhadores diretos e avulsos dos Portos do Paraná.

5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

A empresa promoveu em 2020 uma forte campanha de prevenção e combate ao assédio sexual, voltada para todos os funcionários, avulsos e terceiros da comunidade portuária.

6 – Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

Os portos exigem que todas as operações que possam causar poluição da água usem mantas absorventes para vedar as bocas de lobo e que os operadores portuários utilizem lonas no costado dos navios que estão descarregando produtos para evitar que a carga caia no mar.

7 – Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

A Portos do Paraná, em acordo com a Copel firmado em janeiro de 2013, disponibilizou energia solar às comunidades indígenas da Ilha da Cotinga, Guavira Ty, Shangri-lá e Guarai Axa.

8 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Está em operação o Programa de Estágios para jovens dos ensinos médio, técnico e superior. A Portos do Paraná também exige a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de todos os funcionários diretos e avulsos do porto ou de empresas contratadas pela administração.

9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Os portos do Paraná utilizam energia solar nas baterias das lâmpadas das boias de sinalização instaladas no canal marítimo de acesso ao porto.

10 – Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

A Portos do Paraná promove cursos para os setores sociais mais vulneráveis para que possam incrementar sua renda. Exemplos são os cursos de agentes ambientais, de mecânica náutica e de informática, recentemente ofertado para as comunidades insulares.

11 – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

A administração da Portos do Paraná destina os resíduos para um aterro sanitário regularizado, associação de recicláveis ou para empresas especializadas em resíduos contaminados, conforme sua classificação.

12 – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Promove campanhas com os trabalhadores diretos e avulsos nas escolas e também nas comunidades onde atua com o programa de educação ambiental.

13 – Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

Dentro dos Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental, promove regularmente a conscientização através de palestras e diálogos de segurança, meio ambiente e saúde que abordam o tema das mudanças climáticas.

14 – Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

A Portos do Paraná faz o monitoramento constante da biota aquática, mangues e do meio físico. Também realiza o Programa de Gerenciamento de Água de Lastro.

15 – Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

A Portos do Paraná monitora periodicamente os mangues do Rocio, Oceania, Amparo e Ilha do Mel, em Paranaguá. Também faz a limpeza dos mangues do Rocio, Oceania e Ponta da Pita (em Paranaguá e Antonina).

16 – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

A empresa disponibiliza todas as informações referentes à administração em endereço eletrônico, com objetivo de dar transparência às suas operações.

17 – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

A Portos do Paraná busca convênios e parcerias de troca de conhecimento com portos de países europeus que atuam nas áreas de emergências ambientais e de gestão e manejo do meio ambiente, acessibilidade e turismo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 05/08/2021

SINOP: MOBILIZAÇÃO EM FAVOR DA FERROGRÃO TERÁ PRESENÇA DO MINISTRO DE INFRAESTRUTURA TARCÍSIO

Informação: Revista Ferroviária (5 de agosto de 2021)

Cenário MT – A Prefeitura de Sinop com o apoio da União das Entidades de Sinop (Unesin) e da Câmara Municipal de Vereadores prepara uma grande mobilização em prol da construção da ferrovia Ferrogrão. O evento terá a presença, já confirmada, do ministro de Infraestrutura, Tarcísio Freitas, e, será sediado no Centro de Eventos Dante de Oliveira no dia 21 de agosto (sábado).

Governador Mauro Mendes, deputados federais e estaduais de Mato Grosso, senadores e cerca de 50 prefeitos da região norte do estado e sul do Pará (locais por onde o trilho deverá passar), serão mobilizados pelo prefeito Roberto Dorner (Republicanos) para estarem no encontro.

“Quero convocar aqui os prefeitos de toda nossa região, os presidentes de sindicatos rurais e todas as lideranças do agronegócio para que possamos mostrar a força da nossa região em prol da construção da ferrogrão”, disse.

No evento, além de mostrar a força do setor na cidade e região, e, destacar a importância do transporte ferroviário para o setor produtivo, autoridades políticas apresentarão um projeto de porto seco em Sinop. “Tenho certeza que esse evento será um marco para desenvolvimento da nossa região”, completou Dorner.

A ferrogrão é um projeto discutido há pouco mais de quatro anos e avança para o início das obras. Projeto, extremamente aguardado pelo setor do agronegócio, é financiado pelo Programa de Parceria de Investimentos (PPI) e tem orçamento de R\$ 12 bilhões.

Serão cerca de 1.142 quilômetros de extensão para escoar a produção de grãos pela região norte. A linha interligará Sinop (MT) ao porto de Miritituba (PA), margeando a rodovia federal BR-163.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 05/08/2021

MINFRA DIVULGA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO DA FIOI I

Informação: Revista Ferroviária (5 de agosto de 2021)

A assinatura do contrato de concessão do trecho I da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FioI I) com a Bamin está marcada para o próximo dia 2 de setembro, na Bahia, afirmou o secretário nacional de Transportes Terrestres Marcello da Costa, do Ministério da Infraestrutura. A formalização do acordo, após o leilão ocorrido em abril deste ano, na qual a mineradora foi vencedora com proposta única, estava previsto para meados de agosto.

Com a assinatura do contrato, a empresa de fato assume a concessão do trecho de 537 km entre Ilhéus e Caetité, e terá 180 dias para elaborar um programa detalhado de ações, para ser entregue à ANTT. Só depois desses trâmites que a Bamin poderá colocar em prática os investimentos previstos de R\$ 3,3 bilhões nos próximos cinco anos para concluir a ferrovia (trecho I, que está com 74% das obras físicas finalizadas) e comprar material rodante (16 locomotivas e 1.107 vagões, inicialmente). A encomenda do material rodante deverá começar a ser feita em

2024, disse Eduardo Ledsham, presidente da Bamin, em entrevista na edição Março-Abril 2021 da Revista Ferroviária. Clique aqui para acessá-la.

Fico

O lançamento da pedra fundamental da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), em Mara Rosa (GO), foi adiado mais uma vez pelo Ministério da Infraestrutura. Previsto inicialmente para acontecer no primeiro semestre de 2021, o evento foi transferido para o início de agosto, mas agora a pasta fala em setembro, sem uma data definida, por enquanto.

O processo de desapropriação do trecho entre Mara Rosa (GO) e Água Boa (MT) tem sido apontando como o motivo dos atrasos para o início da obra. As obras estão a cargo da Vale (por meio do mecanismo de outorga cruzada com a renovação do contrato da EFVM), mas a imissão de posse ao longo da ferrovia é de responsabilidade do governo federal. A meta era montar os canteiros a partir dos primeiros 80 km desapropriados. O contrato estabelece, no entanto, que as obras podem começar efetivamente nos 30 km iniciais, enquanto os outros 50 km serão desapropriados em paralelo.

As obras da Fico vão começar em Mara Rosa, onde está prevista conexão com a Norte-Sul. A ferrovia terá 383 km em bitola larga e 22 pátios de cruzamento ao longo do trecho. O prazo para construção é de cinco anos, ao custo de R\$ 2,73 bilhões. Sem as desapropriações finalizadas, a Vale segue com o trabalho de pré-implantação, executando, segundo a companhia, sondagem de campo, desenvolvimento do projeto executivo e atividades ambientais predecessoras à obra.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 05/08/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

PF PRENDE TRÊS POR 5 MIL FRAUDES CONTRA O AUXÍLIO EMERGENCIAL

A Polícia Federal (PF) deflagrou na manhã desta quinta-feira, 5, a Operação Voitheia II para investigar supostas fraudes em cerca de cinco mil auxílios emergenciais pagos em razão da pandemia. De acordo com a corporação, três pessoas já foram presas, entre elas o alvo principal da investigação, que foi capturado em Araquari, Santa Catarina. No local, os agentes localizaram um computador que teria sido destruído pelo investigado “para evitar eventual prisão em flagrante” e apreenderam ainda diversos chips de aparelho celular supostamente utilizados na fraude.

Cerca de 60 agentes cumprem quatro mandados de prisão preventiva e fazem buscas em 22 endereços nos Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais. As ordens foram expedidas pela 10ª Vara Federal Criminal no Rio de Janeiro, que ainda determinou o sequestro dos bens dos investigados.

Na primeira fase da operação, aberta em abril deste ano, a PF prendeu quatro pessoas em flagrante. O nome da ofensiva, Voitheia, significa auxílio, ajuda em grego.

De acordo com a PF, os trabalhos são resultado da atuação da chamada Estratégia Integrada de Atuação contra as Fraudes ao Auxílio Emergencial (EIAFAE), da qual participam a Polícia Federal, Ministério Público Federal, Ministério da Cidadania, Caixa, Receita Federal, Controladoria-Geral da União e Tribunal de Contas da União.

Os objetivos do grupo são identificar fraudes massivas e desarticular organizações criminosas, além de recuperar os valores pagos indevidamente.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 05/08/2021

PETROBRAS CONTRIBUI NAS DISCUSSÕES COM GOVERNO SOBRE FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS

(Por Marta Nogueira e Gram Slattery, no Rio de Janeiro; e Roberto Samora em São Paulo)

SÃO PAULO/RIO DE JANEIRO (Reuters) – A Petrobras tem contribuído com o governo nas discussões sobre um fundo de estabilização dos preços de combustíveis, apesar de ter a avaliação de que as cotações da empresa devem seguir parâmetros de mercado, disse o diretor de Comercialização e Logística da estatal, Cláudio Mastella.

Ao responder pergunta de analista sobre o tema nesta quinta-feira, ele ressaltou que a Petrobras avalia que preços de derivados desalinhados às cotações internacionais podem comprometer o abastecimento, reafirmando ainda que a companhia evita repassar volatilidade do petróleo aos consumidores.

“Nós somos sensíveis sobre o impacto social dos nossos preços na sociedade”, disse ele, lembrando que a companhia busca não repassar a volatilidade de câmbio e de valores do mercado internacional.

“Tendo essa percepção e consciência de impacto, a gente contribui sim nas discussões no âmbito do Ministério de Minas e Energia quanto a eventuais programas, como, por exemplo, o fundo de estabilização de preços”, declarou.

Ele disse que é importante lembrar que os preços percebidos pelo consumidor final estão distantes dos praticados pela Petrobras, pois na bomba os valores consideram tributos, custos operacionais e logísticos dos distribuidores e revendedores.

Segundo o executivo, os preços do diesel da Petrobras representam hoje, por exemplo, 52% do valor na bomba.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 05/08/2021

ALEMANHA, FRANÇA E ISRAEL IGNORAM APELO DA OMS E DARÃO 3ª DOSE CONTRA COVID-19

(Por Sudip Kar-Gupta, Nicolas Delame, Alexander Ratz e Caroline Copley)

PARIS/BERLIM (Reuters) – Alemanha, França e Israel darão vacinas de reforço contra a Covid-19, desconsiderando um apelo da Organização Mundial da Saúde (OMS) para não o fazerem até mais pessoas de todo o mundo estarem vacinadas.

A decisão de seguir adiante com as doses de reforço, apesar do comunicado mais forte já emitido pela OMS, ressalta o desafio de se lidar com uma pandemia global enquanto países tentam proteger seus próprios cidadãos da variante Delta mais infecciosa.

O presidente francês, Emmanuel Macron, disse que a França está trabalhando para distribuir as terceiras doses de vacinas contra Covid-19 aos idosos e vulneráveis a partir de setembro.

A Alemanha pretende administrar doses de reforço a pacientes imunocomprometidos, aos muito idosos e aos moradores de casas de repouso a partir de setembro, informou seu Ministério da Saúde.

O primeiro-ministro israelense, Naftali Bennett, pediu que os cidadãos mais velhos recebam uma terceira dose depois que o governo, no mês passado, deu início a uma campanha para dar doses de reforço.

O chefe da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, pediu na quarta-feira uma suspensão das vacinas de reforço até ao menos o final de setembro, dizendo ser inaceitável que países ricos usem mais do suprimento global de vacinas.

Países de alta renda administraram cerca de 50 doses para cada 100 pessoas em maio, e este número dobrou deste então, de acordo com a OMS. Países de baixa renda só conseguiram administrar 1,5 dose para cada 100 pessoas devido à falta de suprimentos.

“Entendo a preocupação de todos os governos para protegerem seu povo da variante Delta. Mas não podemos aceitar que países que já usaram a maior parte do suprimento global de vacinas usem ainda mais dele”, disse Tedros.

A Alemanha rejeitou estas acusações, dizendo que também doará ao menos 30 milhões de doses a países mais pobres.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 05/08/2021

PETROBRAS GANHA MERCADO NO BRASIL NO 2º TRI; TEM FATIA DE 83% EM DIESEL E 84% EM GASOLINA

(Por Roberto Samora)

SÃO PAULO (Reuters) – A Petrobras ganhou mercados nas vendas de derivados no Brasil na comparação com o segundo trimestre do ano passado, com participação no diesel atingindo 83% e em gasolina subindo para 84%, de acordo com apresentação da empresa.

No mesmo período do ano passado, a Petrobras tinha 76% do mercado de diesel. Em gasolina, a empresa registrou no segundo trimestre ao ano passado 77% de mercado.

No primeiro trimestre, a Petrobras teve 87% do mercado de diesel e 77% em gasolina.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 05/08/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

AO VIVO: RELATOR DEFENDE DESESTATIZAÇÃO DOS CORREIOS PARA AUMENTAR INVESTIMENTOS

Por Agência Câmara

O deputado Gil Cutrim (Republicanos-MA) apresentou ao Plenário o relatório ao Projeto de Lei 591/21 em que defende a desestatização dos Correios. Cutrim recomenda a aprovação de substitutivo que cria modelo de concessão comum dos serviços postais, retirando do projeto original do Poder Executivo a possibilidade de modalidade patrocinada. O principal argumento é que a desestatização decorre justamente da falta de recursos da União para arcar com os investimentos no setor.

Nos últimos dois anos foram investidos R\$ 670 milhões nos Correios, além de R\$ 430 milhões para ampliar a infraestrutura de tratamento de encomendas. “Boa parte das atividades postais já é executada por uma rede mista. A atual crise fiscal esgotou a capacidade de o Estado investir em infraestrutura, já que os setores prioritários são saúde, educação, transporte e segurança. Não há outro caminho a ser percorrido”, apontou Gil Cutrim.

O relatório inclui uma série de garantias para funcionários e clientes da empresa:

- garante estabilidade de 18 meses para funcionários após a desestatização dos Correios;
- oferece plano de demissão voluntária que inclui indenização de 12 meses de remuneração e manutenção do plano de saúde pelo período de 12 meses após o desligamento;
- concede exclusividade de três a cinco anos na operação de serviços postais para empresa que arrematar a estatal;
- proíbe o fechamento de agências que garantem serviço postal universal em áreas remotas;

- mantém a empresa unificada, evitando a desestatização dos serviços postais por regiões;
- cria regime tarifário específico para cada uma das modalidades previstas de serviço postal universal, cujas tarifas poderão ser diferenciadas geograficamente, com base no custo do serviço, na renda dos usuários e nos indicadores sociais;
- dispõe de tarifa social para atendimento dos usuários que não tenham condições econômicas de pagar pelo serviço;
- determina que o serviço postal universal, essencial ao usuário, abrange a carta, simples ou registrada; o impresso, simples ou registrado; o objeto postal sujeito à universalização, com dimensões e peso definidos pelo órgão regulador e o serviço de telegrama;
- mantém campanhas comunitárias e de natureza educativa;
- determina que a nova empresa terá o nome de Correios do Brasil, como meio de manter a identidade nacional da ECT.

História e modernização

O relator exaltou a história dos Correios, iniciada em 1663. “Foi uma carta que fez eclodir o Grito do Ipiranga”, lembrou. No entanto, Gil Cutrim disse que hoje a empresa tem como desafio se adaptar aos tempos modernos e precisa de investimentos.



Cutrim lê seu parecer, que traz garantias para funcionários (Imagem: Najara Araujo/Câmara dos Deputados)

“Apesar da estrutura organizacional existente, do ponto de vista da qualidade dos serviços postais, a ECT não tem tido uma boa performance, e vem perdendo a aprovação do povo brasileiro. Na verdade, a empresa carece de agilidade, de eficiência, de investimentos e de um planejamento de futuro”, analisou Gil Cutrim.

Na sessão, os deputados têm se revezado com argumentos contrários e favoráveis à desestatização dos Correios. O deputado Henrique Fontana (PT-RS) afirmou que os Correios são uma empresa estratégica para o desenvolvimento nacional e com 358 anos de história. “Querem vender os Correios, um orgulho nacional, para gerar lucro a empresas privadas, com o monopólio por cinco anos”, lamentou.

O deputado Giovani Cherini (PL-RS), por sua vez, defendeu a desestatização da empresa por avaliar que os serviços postais se tornarão mais eficientes e vão beneficiar a população. “O Brasil precisa se modernizar, valorizar o empreendedorismo e diminuir o corporativismo. O projeto considera a importância dos funcionários dos Correios, dando estabilidade para que continuem com suas vidas”, ponderou.

Lucro e competição

Contrária à proposta, a deputada Joenia Wapichana (Rede-RR) lembrou que os Correios são uma empresa lucrativa, que repassa 73% de seu lucro para a União. “Os Correios oferecem serviços a todos os municípios, por mais longínquos que sejam.”

O deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) rebateu os argumentos de que os Correios dão lucro. “Sem fazer os investimentos necessários e sem pagar impostos, é mais fácil fazer superávit”, criticou. “É preciso sujeitar a empresa à competição e não ter preconceito com a iniciativa privada, muito menos desrespeitar os funcionários dos Correios, que até hoje foram abusados pelos governos. Vamos abrir o mercado e melhorar o serviço pelo consumidor.”

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) disse que os funcionários dos Correios não querem a desestatização. “Eles defendem que a empresa seja estatal e pública. Os funcionários têm compromisso com o povo, que recebem as suas cartas nas periferias das cidades. A empresa garante a modicidade tarifária. Com o projeto, as tarifas subirão.”

Estrutura

Os Correios têm 99.443 empregados e uma frota com 10 aeronaves terceirizadas, 781 veículos terceirizados e 23.422 veículos próprios, entre caminhões, furgões e motocicletas.

Fonte: MoneyTimes

Data: 05/08/2021

PETROBRAS MANTERÁ DESALAVANCAGEM, DIZ CEO, QUE VÊ 'FRUTOS' DE TRABALHO CONTINUADO

Por Reuters



Luna adiantou que a empresa prevê alcançar ainda neste ano a meta de dívida bruta de 60 bilhões de dólares, antes prevista para 2022 (Imagem: Agência Brasil/Fabio Rodrigues Pozzebom/)

Os resultados trimestrais alcançados pela Petrobras (PETR4), assim como a remuneração prevista aos acionistas, refletem decisão da companhia de seguir “fielmente” planos de negócios já traçados, com “altos padrões éticos de governança”, afirmou nesta quinta-feira o presidente da petroleira estatal, Joaquim Silva e Luna.

A companhia publicou na véspera lucro líquido de 42,855 bilhões de reais no segundo trimestre, superando estimativa de analistas, e anunciou antecipação do pagamento de remuneração ao acionista referente ao exercício de 2021 no montante de 31,6 bilhões de reais.

As ações da Petrobras, que abriram em alta de cerca de 9,5% nesta quinta-feira, mantinham o forte avanço no início da tarde.

O Credit Suisse elevou a recomendação da ADR da Petrobras de “neutra” para “outperform” e subiu o preço-alvo para 14 dólares, de 11 dólares.

“Compartilhamos com nossos acionistas os ganhos obtidos pela Petrobras”, disse Luna, em webcast com analistas e investidores de mercado.

“Esses são frutos da decisão da companhia de continuar seguindo os mais altos padrões éticos de governança e de fidelidade ao seu plano estratégico. Seguiremos a trajetória de sustentabilidade financeira, geração de valor e desalavancagem.”

Luna adiantou que a empresa prevê alcançar ainda neste ano a meta de dívida bruta de 60 bilhões de dólares, antes prevista para 2022.

No fim de junho, a dívida bruta alcançou 63,7 bilhões de dólares, uma queda de 27,5 bilhões de dólares ante o segundo trimestre de 2020.

A conclusão da meta permitirá uma maior remuneração aos acionistas.

Luna, que substituiu a gestão de Roberto Castello Branco no início do ano, disse que os resultados também são “fruto de um trabalho continuado de longo prazo”.

A empresa também manteve a posição de que seus preços de combustíveis devem acompanhar cotações internacionais, mas sem repassar volatilidade ao mercado interno.

O diretor-executivo de Comercialização e Logística, Cláudio Mastella, admitiu, contudo, que a companhia contribuiu com o governo sobre as discussões para a formulação de um fundo de estabilização de preços de derivados.

Ele comentou ainda que a necessidade de ajustes de preços foi reduzida no segundo trimestre devido ao movimento de cotações e câmbio.



“No primeiro trimestre, um aumento forte das cotações e da taxa de câmbio nos levou a fazer ajustes para um patamar mais alto e mais rápido, se comparar com segundo trimestre”, disse Mastella.

“Mais recentemente, o que tem acontecido, é que tem variações de cotações e taxa de câmbio muitas vezes em movimentos opostos, gerando alguma compensação. Isso minimizou a necessidade de ajustes tão frequentes no segundo trimestre. A gente segue buscando equilíbrio com o mercado internacional.”

Desinvestimentos

Durante a teleconferência, o diretor-executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores, Rodrigo Araujo, afirmou que a empresa tem empenhado os maiores esforços para cumprir compromissos de venda de ativos fechados com o órgão antitruste Cade, incluindo a venda de todas as suas refinarias fora dos Estados do Rio e São Paulo.

Araujo frisou também que a empresa não vê movimentos contrários do Tribunal de Contas da União (TCU) em relação à venda da refinaria Rlam ao grupo Mubadala, a qual a empresa planeja concluir ainda neste ano ou no início de 2022.

Das demais refinarias à venda, o diretor citou que as mais avançadas eram Reman, Lubnor e SIX.

A Petrobras conta ainda com um assessor financeiro para buscar soluções para a venda de sua fatia na Braskem, alguns cenários já foram traçados, mas nenhuma decisão tomada até o momento, disse ele.

Próximo Plano Mais Robusto

Sobre o próximo plano de negócios 2022-2026, o diretor financeiro afirmou que deverá ser publicado entre novembro e dezembro e sinalizou que não deverá apresentar grandes mudanças estratégicas.

Segundo ele, a empresa permanecerá com sua gestão de portfólio, o qual ele destacou ser resiliente a diversos cenários de preços.

Petrobras

No primeiro trimestre, um aumento forte das cotações e da taxa de câmbio nos levou a fazer ajustes para um patamar mais alto e mais rápido (Imagem: REUTERS/Sergio Moraes)

A empresa deverá ainda manter sua estratégia de trabalhar em parcerias nos ativos de exploração e produção de petróleo, dividindo riscos e gerando valor, ressaltou o diretor da área. Fernando Borges.

Borges disse ainda que o novo plano 2022-26 será “bastante robusto”, considerando um petróleo Brent mais favorável, devido ao cenário de recuperação econômica global no período pós-pandemia de Covid-19.

“Se olha plano 2021-25, a gente teve um freio nele... o Brent mergulhou abaixo de 30 dólares por barril. Mas... a gente continua com respeito ao Brent de equilíbrio, tem que estar abaixo de 35 dólares para aprovar o projeto”, afirmou.

Ele destacou ainda as perspectivas de contratação de novos módulos de produção de petróleo, como para Búzios e outras áreas da cessão onerosa.

“A gente tem leilão dos volumes excedentes (da cessão onerosa) Sépia e Atapu (neste ano), que certamente vão ensejar projetos de desenvolvimento da produção... temos óleo suficiente lá para dar respaldo em cada uma dessas duas áreas”, afirmou.

Búzios, atualmente o segundo maior campo produtor do Brasil, também na cessão onerosa, deverá ter um total de 12 plataformas, reiterou. A plataforma Búzios 9 deverá constar no novo plano prevista para 2026.

Fonte: *MoneyTimes*

Data: 05/08/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS E ALTA DO PETRÓLEO FAZEM PETROBRAS TER LUCRO DE R\$ 42,85 BI NO 2T21

Por *epbr* - 5 de agosto de 2021 - Em *Comece seu Dia*, Newsletter

Contato da redação

epbr@epbr.com.br

em jogo

A Petrobras registrou lucro de R\$ 42,85 bilhões no segundo trimestre deste ano, revertendo o prejuízo de R\$ 2,71 bilhões registrado no período de abril a junho de 2020. O resultado foi beneficiado sobretudo pela recuperação do consumo de combustíveis no mercado interno e pela alta do Brent no exterior.

— A companhia ainda contou com a valorização do real frente ao dólar para reduzir seu endividamento, já que a maior parte dos seus compromissos é atrelada à moeda americana e a sua receita é pautada pelo real.

— O endividamento líquido da Petrobras caiu para R\$ 53,26 bilhões – 25,2% menor que em igual período de 2020. Já a receita com vendas fechou em R\$ 110,71 bilhões, alta de 117,5% frente ao segundo trimestre de 2020.

— O Ebitda ajustado ficou em R\$ 61,93 bilhões no período de abril a junho, avanço de 147,9% ante o segundo trimestre de 2020 e de 26,5% ante o trimestre anterior.

— O 2º trimestre deste ano refletiu a flexibilização das medidas de isolamento social e enfrentamento da pandemia. O comércio de óleo diesel subiu 28,8% sobre igual período de 2020, ancorado no crescimento do setor agrícola. Mesmo em relação ao trimestre anterior, houve um avanço, de 11,4% sobre o trimestre anterior.

— As vendas de gasolina também avançaram: 36,9% na comparação anual e 12,7%, entre o primeiro e o segundo trimestres deste ano.

— A Petrobras também foi favorecida por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que excluiu a parcela de ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins cobrados na venda dos seus produtos. O que rendeu uma receita extraordinária de R\$ 4,8 bilhões.

— O caixa da empresa ainda foi beneficiado pela venda dos 37,5% da BR Distribuidora que a petroleira ainda detinha e pelo pagamento de uma parcela da participação remanescente de 10% da NTS.

— Contando estas transações e o adiantamento recebido pelas vendas dos polos Peroá, Miranga e Alagoas e dos campos de Papa-Terra e Rabo Branco, houve uma entrada de caixa de US\$ 2,8 bilhões até 3 de agosto, informou a empresa. (Broadcast)

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou a inclusão de uma série de novos investimentos para atendimento às cláusulas de conteúdo local dos contratos de E&P, como a construção de infraestrutura de refino e distribuição de petróleo e gás natural e de navios tanques.

— Também poderão ser incluídos aporte em descomissionamento de instalações, intervenção e melhorias em unidades e sistemas de produção; e em atividades relacionadas ao projeto de Poço Transparente.

— Por fim, os contratos de exploração poderão ser prorrogados pelo prazo adicional de 18 meses. Decisão será aplicada pela ANP e foi baseada nos impactos da covid-19 no mercado de óleo.

O programa epbr entrevista recebe nesta quinta (5/8), às 18h, a diretora da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Symone Araújo, que vai falar sobre os próximos passos na regulamentação da Lei do Gás.

Rio Oil & Gas 2022 abre inscrições para trabalhos técnicos, que poderão ser enviados até 7 de outubro. Acadêmicos, estudantes, profissionais do setor de petróleo e gás e outros interessados já podem acessar os temas da conferência deste ano.

— Os trabalhos serão divididos em upstream, midstream e downstream, gás natural e energia e Indústria do Futuro – novo tema que cobrirá pesquisas na área de ESG, transição energética e transformação digital.

— Co-Chair do Comitê Técnico da Rio Oil & Gas 2022 e diretora Executiva de Downstream do IBP, Valéria Lima acredita em maior participação do downstream, que respondeu por apenas 10% do total de inscritos na Rio Oil & Gas 2020.

— A executiva espera contribuições relacionadas com o novo contexto de mercado, com mais competidores no refino, o que exige um novo arcabouço regulatório.

— Além disso, o papel dos biocombustíveis para atender os compromissos do setor com a descarbonização da economia deve ampliar a quantidade de pesquisas, desenvolvimentos de novas tecnologias e processos nesta área.

Os preços do petróleo recuaram pelo terceiro dia seguido nesta quarta (4/8), para uma mínima de duas semanas, com o aumento surpresa nos estoques de óleo dos EUA, relatório negativo da economia norte-americana e preocupações com a disseminação da variante Delta sobre a demanda mundial por energia.

— O Brent recuou 2,03 dólares (-2,8%), para US\$ 70,38 dólares, enquanto o WTI caiu 2,41 dólares (-3,4%), para US\$ 68,15. Foi o menor fechamento para ambos os contratos de referência desde 20 de julho. (Reuters)

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) determinou a realização de estudos sobre os efeitos da crise hídrica no fim do período seco deste ano e para 2022, quando as previsões indicam que as chuvas continuarão abaixo da média, prejudicando o sistema elétrico.

— O governo se reúne nesta quinta (5/8) no gabinete interministerial da crise energética, o CREG, para ratificar as recomendações do CMSE.

— Uma possibilidade é manter a flexibilizações das regras de operação das UHEs Jupia e Porto Primavera entre dezembro deste ano e abril de 2022; e das UHEs Ilha Solteira e Três Irmãos até setembro. O CMSE também indicou a necessidade de flexibilização temporária nas usinas do Rio São Francisco.

— Outro ponto tratado na reunião do CMSE de ontem foi a redução do nível de segurança do sistema de transmissão. Por questões de integridade operacional, há limites para transferência de

energia do Norte e Nordeste para o Centro-Sul, o maior mercado do país. Isso porque o entendimento é que os ganhos, em situações normais, não compensam o estresse no sistema.

— Entretanto, isso será alterado temporariamente para trazer mais energia gerada no Nordeste para o Centro-Sul, região que sofre com a escassez nos reservatórios.

Mais termelétricas. Segundo o CMSE, serão tomadas “ações para ampliar o fornecimento de energia elétrica por meio de usinas termelétricas a óleo diesel e gás natural”.

— Além do despacho das térmicas fora da ordem do mérito, autorizado desde o início do ano, o ONS começa a receber a oferta das medidas emergenciais – termelétricas sem contrato e a oferta adicional de garantia física de cogeração a biomassa e gás natural.

— Outro assunto tratado foi a retomada da regaseificação de GNL no Porto de Pecém, no Ceará. A Petrobras desmobilizou, em março, o navio Golar Winter, e o terminal de GNL do porto está desativado.

— “Também foram destacadas ações para a manutenção do suprimento e escoamento de gás natural do pré-sal e da plataforma de Mexilhão [Bacia de Santos], tais como a ampliação da capacidade do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Baía de Guanabara, de 20 milhões para 30 milhões de m³/dia”, informou o MME.

Plano Nacional do Hidrogênio vai explorar combinação de soluções com biocombustíveis e gás natural, incluindo a possibilidade de injeção do hidrogênio nos gasodutos e saídas para ampliar a captura de carbono para produção de H2 azul.

— O conjunto de diretrizes foi apresentado ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nessa quarta (4/8). Será criado o Comitê Técnico PNH2 para detalhar as propostas.

— Entre as diretrizes estão aproveitar o gás natural nacional, com captura e armazenagem de CO2, para produção de hidrogênio azul; a competitividade das renováveis para o hidrogênio verde; e as possibilidades trazidas pelos biocombustíveis, como etanol e biogás.

— Um caminho é a produção de hidrogênio pela reforma a vapor do etanol e outros biocombustíveis e a biocaptura de carbono (BioCCS), por exemplo.

— Na demanda, aponta o uso em veículos pesados, incluindo caminhões, locomotivas, embarcações e aeronaves; no processo produtivo de hidrocarbonetos renováveis no setor de transportes; e na indústria. E no setor elétrico, como alternativa de suprimento por meio de células de combustível.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 05/08/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

PETROBRAS PODE ELEVAR AINDA MAIS DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, ALÉM DOS R\$ 31 BI ANUNCIADOS

Pagamento a acionistas será 2021, no maior patamar desde 2018. Ações saltam na Bolsa
Por Bruno Rosa

RIO - As ações da Petrobras dispararam mais de 10% esta manhã na bolsa de valores, um dia após a empresa anunciar lucro de R\$ 42,9 bilhões no segundo semestre. A estatal anunciou que

vai distribuir R\$ 31,6 bilhões (cerca de US\$ 6 bilhões) em dividendos neste ano, e pode elevar ainda mais o valor. A informação foi dada por Rodrigo Araujo, diretor financeiro da empresa, durante teleconferência de apresentação dos resultados financeiros da empresa no segundo trimestre.

Araujo lembrou que uma distribuição adicional de dividendos pode ocorrer neste ano a depender da entrada de mais recursos em caixa seja com a operação em si ou a venda de ativos, ao ser perguntado por um dos analistas sobre essa possibilidade.

Ontem, a estatal informou que, dos R\$ 31,6 bilhões em dividendos, R\$ 21 bilhões serão pagos em 25 de agosto de 2021 e os R\$ 10,6 bilhões restantes em 15 de dezembro de 2021.

— A depender da geração de caixa da companhia e de eventuais closings (fechamentos) de transações de gestão de portfólio que gerem entrada de recursos, vamos estar sempre olhando espaço para eventualmente ter distribuição adicional de dividendos, mas sem nenhum compromisso com esse momento. É algo que estamos sempre monitorando — disse Araujo.



Rodrigo Araujo é diretor financeiro da Petrobras Foto: Reprodução/Bruno Rosa

Meta de US\$ 60 bi de dívida

O governo federal e o BNDES têm direito a receber 36,75% do total de dividendos. O diretor financeiro lembrou que a distribuição de dividendos é "uma demonstração importante de capacidade de resiliência e qualidade da gestão" da empresa.

Sobre a dívida, Araujo reforçou novamente que a meta é alcançar US\$ 60 bilhões de dívida bruta até o fim deste ano. Em junho, a dívida bruta chegou a US\$ 63,6 bilhões.

- Em agosto, tem a entrada FPSO Carioca que traz a dívida um pouco para cima. Mas estamos focados em aproveitar o pré-pagamento de operações bilaterais com custos menores e fazer novas emissões de recompra de forma que isso seja neutro em caixa - disse Araujo.

O presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, reforçou, durante sua apresentação, que a Petrobras vai distribuir neste ano o maior volume de dividendos desde 2018.

- Aprovamos a distribuição antecipada de US\$ 6 bilhões. Serão os maiores desde 2018. A antecipação é compatível com a sustentabilidade financeira da empresa.

Preços internacionais

Silva e Luna destacou ainda a venda de ativos como a BR, a redução da dívida da estatal e o volume de comercialização de combustíveis como alguns dos marcos da companhia neste ano.



- Não é ufanismo dizer que a Petrobras é uma potência inevitável. Continuamos trabalhando duro amparado em decisões absolutamente técnicas, evoluindo e se tornando mais forte para melhor investir e suprir um mercado mais exigente.

Joaquim Silva e Luna participa de teleconferência com analistas Foto: Reprodução/Bruno Rosa

Cláudio Mastella, diretor de Comercialização e Logística, voltou a dizer que a companhia segue

os preços internacionais. Lembrou ainda que o objetivo é evitar repasses imediatos para os preços.

- Ficamos o tempo todo observando o mercado e os competidores. Acompanhamos a cotação e o câmbio. Nossa equipe monitora todos os dias, observando se é uma troca de patamar ou expectativa de troca de patamar. E isso nos deixa a vontade para não ter uma periodicidade.

Os diretores afirmaram que a empresa segue firme na venda de ativos. Citaram o processo de venda da Braskem e ativos como as refinarias e a Gaspetro, além de campos de petróleo. Assim, o valor total de transações neste ano já soma US\$ 5,7 bilhões, informou a companhia.

- Está tudo confirmando que seguimos nosso plano estratégico, como a venda de ativos e os preços dos combustíveis - disse Silva e Luna.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 05/08/2021

COM ALTA DO PREÇO DO PETRÓLEO, É HORA DE RETOMAR LEILÕES NO PAÍS, DIZ DIRETOR-GERAL DA ANP

Ao GLOBO, Rodolfo Saboia diz que limitar produção não é o melhor caminho para transição energética: 'Não há nada que substitua a indústria do petróleo'
Por Bruno Rosa



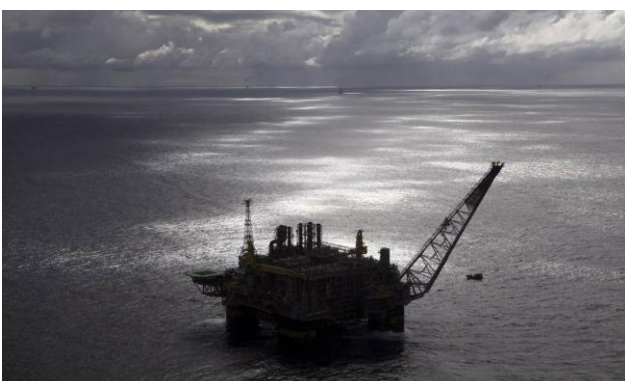
Rodolfo Saboia, diretor-geral da ANP Foto: Rafael Wallace / Divulgação

RIO - "A hora é agora." A afirmação de Rodolfo Saboia, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), dá o tom da urgência com a qual trata a exploração dos campos do pré-sal, o que incluiu três áreas além das 200 milhas náuticas que podem ter reservas de 2,45 bilhões de barris.

Em entrevista ao GLOBO, ele lista diversos fatores para o país voltar a realizar os leilões de concessão: a maior seletividade das empresas, os preços da commodity em recuperação, a oferta de campos com grande potencial em outros países e a transição energética.

As ações para a redução das emissões de carbono para conter o aquecimento global foram aceleradas com a chegada do presidente dos EUA, Joe Biden, à Casa Branca, que retomou o ativismo americano na agenda ambiental.

Vários países aumentaram o compromisso com a descarbonização de economias, e um relatório da Agência Internacional de Energia (AIE) surpreendeu ao defender que não sejam feitas mais concessões para a exploração de campos de exploração e produção de petróleo.



Plataforma de produção da Petrobras em águas profundas Foto: Divulgação

Para Saboia, este não é o melhor caminho para a transição energética, já que poderia causar aumento nos preços dos combustíveis:

- Se você interrompe de repente a capacidade de investimento da indústria de petróleo, o que você vai ter é a explosão do preço - diz. A seguir, os principais trechos da entrevista:



O preço do petróleo está subindo. Como ficam as expectativas para as próximas rodadas? As empresas globais estão interessadas?

O preço do petróleo passou por um processo de recuperação e a indústria sofreu muito na pandemia, com preço negativo nos EUA. Mas isso ficou para trás. Existem ainda muitas incertezas, pois as empresas sofreram nesse período. E elas estão passando por um processo de capacidade de investimento. Estão muito seletivas.

Temos ativos no pré-sal que são de classe mundial. Temos oportunidades e manifestações explícitas de companhias grandes no excedente de cessão onerosa. Mas temos ainda a 17ª rodada e o terceiro ciclo de oferta permanente. E isso tudo ocorre nesse cenário de bastante incerteza por conta da seletividade. Por isso, temos a necessidade de sermos competitivos.

Combustíveis: Após Petrobras aumentar diesel em R\$ 0,10 por litro, Bolsonaro acena a caminhoneiros com corte de R\$ 0,04 no PIS/Cofins

Temos concorrentes próximos a nós oferecendo oportunidades, como Guiana e Suriname. Eles estão oferecendo leilões com condições positivas. Existe ainda o processo de transição energética que ocorre concomitantemente e contribui para que esse cenário de incerteza fique ainda mais nebuloso.

Teve o relatório recente da Agência Internacional de Energia (AIE), que mencionou a necessidade de interromper a prospecção de petróleo.

E como o senhor analisa esse relatório da AIE?

Longe de questionar a necessidade ambiental, mas a gente sempre coloca em dúvida de como isso seria possível. Se você interrompe de repente a capacidade de investimento da indústria de petróleo, o que você vai ter é a explosão do preço do petróleo.

Você tem que atuar não restringindo a oferta, mas acomodando a demanda ao cenário da transição energética. Hoje você não tem nada que substitua tudo aquilo que é movimentado pela indústria de petróleo. A produção tem que acompanhar a demanda e não o contrário.

Eu entendo a importância desse cenário que a AIE apresentou, mas tem que se transportado para o cenário real. Ainda haverá interesse pelo petróleo até que seja possível essa substituição, que não será apenas por uma solução energética.

E o Brasil nesse processo de transição?

Cada país fará isso de uma maneira. Os desenvolvidos conseguem estabelecer metas ousadas para redução do uso de combustíveis fósseis, com proibição de carros a partir de uma certa data. No Brasil, por exemplo, há vocação para os biocombustíveis, que terão papel importante nessa transição.

Hoje, 60% dos nossos recursos de gás não são monetizados como fonte de energia. E o gás terá um papel importante nessa transição. Isso tudo tem que ser considerado. Em 2050, serão 10 bilhões de habitantes no planeta e terá que ter energia para isso.

O senhor disse que 60% do gás brasileiro não é aproveitado. Como reverter isso?

Esses 60% de gás são reinjetados porque não há viabilidade econômica do aproveitamento. Com a nova Lei do Gás, já começamos a ver agentes econômicos se interessando.

É difícil hoje fazer uma estimativa com base em prazo de quanto seria possível monetizar. Mas já verificamos que as oportunidades do gás natural estão ficando claras, com os estados que estão adequando sua regulação estadual à lei federal.

E ainda há o impacto da venda de ativos da Petrobras (como subsidiária Gaspetro e refinarias).

A 17ª rodada tem um perfil variado, com três áreas na Bacia de Santos que estão além das 200 milhas náuticas e reserva de sete bilhões de barris in place, número que pode representar até 2,45 bilhões de barris recuperáveis, o que é quase metade dos 5 bilhões da cessão onerosa. Essas áreas serão as grandes estrelas do leilão?

Temos uma expectativa para saber o quanto de interesse essas áreas vão despertar pelo seu ineditismo. São áreas que estão próximas do pré-sal. Os agentes que conversam com a gente demonstram interesse.

É uma região que tem um grau de incerteza ainda porque é uma nova fronteira exploratória. Há ainda a forma como vai se dar o pagamento à autoridade dos Fundos Marinhos. Ainda há uma discussão de como esse pagamento vai acontecer.

Essas áreas podem abrir uma nova frente de desenvolvimento no Brasil?

As petroleiras estão se recuperando e por isso serão mais seletivas. A janela de oportunidade para exploração de novas fronteiras é agora. As empresas sabem disso por conta da transição energética. É agora que esse risco se justifica, pois o preço do petróleo já ronda os mais de US\$ 75. A hora é agora.

É uma fronteira promissora e uma região geológica com potencial elevado. Tenho esperança que vá despertar interesse, mas é uma novidade. Só colocando o dedo na água para saber a temperatura.

Do ponto de vista legal, é uma região inédita. A convenção marítima internacional prevê que, na extensão da plataforma continental, a gente possa ir até 350 milhas náuticas da costa e é a primeira vez que isso acontece. A expectativa geológica é muito boa.

E quantas empresas podem se habilitar nesse cenário?

As majors (como são chamadas as grandes multinacionais do petróleo) que operam no Brasil são empresas que têm interesse em ativos como os do pré-sal. É difícil fazer uma estimativa.

Os custos de produção serão mais caros que os do pré-sal, por conta da distância, mas os custos de exploração não deverão ser mais altos que os do pré-sal, porque já temos curva de aprendizado.

Além da 17 rodada, teremos o leilão do excedente da cessão onerosa, com Sépia e Atapu. Qual é a reserva dessas áreas?

Atapu e Sépia têm 12 bilhões de barris de volume in place, o que considera a área como um todo. Os dados das reservas só do excedente são considerados confidenciais.

Como o conteúdo local entra nessa discussão, já que acabou de se abrir um grupo de trabalho para analisar o tema. O que podemos esperar?

É uma questão importante. E percebemos isso nas perguntas dos investidores sobre o conteúdo local, que já foi ajustado em 2017. Esse é um dos fatores muito olhados pelos investidores. O conteúdo local é um dos casos em que a diferença entre o remédio e o veneno é a dose.

O conteúdo local tem que ser usado com sabedoria para atingir o propósito dele, que é beneficiar e estimular a indústria brasileira sem roubar a competitividade do país com atração de investimento. É uma questão que sempre está sendo olhada e atualizada para enxergar as melhores adequações.

Um dos ativos intangíveis do Brasil é um parque industrial que é capaz de sustentar uma parcela considerável do setor de exploração e produção. E nesse momento que recebemos essa quantidade de investimentos é aproveitar a oportunidade para incentivar a indústria. E essa dosagem é muito importante e deve estar 100% atualizado.

O grupo de trabalho é para dar linhas de orientação. É um tema que precisa ser discutido para ver se precisamos ajustar nossa competitividade. Ainda não sabemos o que esperar de resultado dessa discussão.

Mas, então, poderia aumentar ou reduzir o conteúdo local?

Otimizar não é necessariamente aumentar, é ajustar da melhor maneira. Recentemente, aprovamos uma mudança que reverte muitas por descumprimento de conteúdo local em investimentos através de termos de ajustamento de conduto. A estimativa de investimentos para fase de exploração é entre R\$ 1 bilhão e R\$ 2 bilhões.

E já tem definição para a 7ª Rodada do pré-sal?

A 7ª Rodada rodada deve ser no ano que vem, mas não há previsão de data ainda. Está na agenda do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Que mudanças a ANP fará para monitorar os estoques de combustíveis, com a venda de ativos da Petrobras?

Mais de 95% do refino hoje é da Petrobras e esse número vai cair para cerca de 50%. E isso será uma transformação muito grande. E temos que desenvolver as ferramentas para monitorar e garantir o abastecimento em todo o país. Estamos vendo como isso será feito.

Vamos precisar dessas informações porque, hoje, a gente contata a Petrobras e o problema estaria resolvido. Então, será o monitoramento de estoques das empresas com informações em tempo real. Isso inclui também o estoque em movimento e não apenas o que está armazenado. É essa dinâmica que será analisada.

Não podemos correr o risco de ter regiões afastadas com carência de produtos. A previsão é montar esse painel com previsões futuras de entrada e saída de produtos. E isso vai acender alertas e ver iniciativas para mitigar possíveis faltas.

Além disso, gerou polêmica a proposta de que os postos teriam que ter uma das bombas sem bandeira. Ainda está de pé?

São propostas contidas em estudos. Algo que está presente na nossa sociedade é a noção de que os preços dos derivados no Brasil estão associados pela administração desses preços pelo governo. E hoje não é mais assim.

O que queremos é promover um mercado competitivo e mais dinâmico. E o que for cabível podermos incluir. É normal e esperado que cada um coloque sua posição. Essas mudanças têm relação com um mercado mais aberto.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 05/08/2021

GUEDES DIZ QUE REDUZIR TRIBUTAÇÃO DE DIVIDENDOS EM REFORMA DEIXARÁ CONTA PARA EMPRESAS E TRABALHADORES

Ministro defendeu reforma do IR como forma de taxar super-ricos e afirmou que privatizar os Correios é a única forma de capitalizar e preservar a empresa
O Globo



O ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Edu Andrade / Ministério da Economia

RIO - O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender sua proposta de reforma tributária como uma forma de tributar os super-ricos. Em entrevista à Bloomberg Línea gravada na última terça-feira e publicada nesta quarta, ele afirmou que, atender aos pedidos para reduzir a previsão de 20% de imposto sobre dividendos pagos a detentores de ações de empresas vai prejudicar a redução da carga tributária de empresas e trabalhadores. Esse tipo de imposto foi extinto há 25 anos.

“Vamos tributar menos as empresas e mais os donos, afluentes dessas companhias”, declarou o ministro à Bloomberg Línea.

“Há quarenta anos que os impostos sobem sobre as empresas no Brasil. No mundo, acontece exatamente o contrário: as alíquotas caíram de uma média de 40% e 45% para uma média de 22%, 23,5%. O primeiro grande vetor dessa reforma tributária é reduzir o imposto das empresas.”

Segundo o ministro, a maioria dos países cobra entre 30% e 40% dos dividendos. E citou França e EUA com alíquotas acima de 30%.

O ministro defendeu essa taxação como uma forma de reduzir a carga tributária das empresas e estimular a geração de empregos. Ele também lembrou que a proposta prevê a ampliação da faixa de renda que isenta trabalhadores do Imposto de Renda. A linha de corte subiria do atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 3,1 mil. Segundo ele, 32 milhões de assalariados pagarão menos imposto.

“O que vai acontecer é que o imposto para as empresas então sobe. A nossa ideia com a reforma é que seja neutra (do ponto de vista da arrecadação). Quem não paga passa a pagar para que as empresas e os assalariados sejam desonerados”, disse Guedes.

O ministro repetiu que se mantém no cargo enquanto contar com a confiança do presidente Jair Bolsonaro e afirmou ao veículo que a reforma tributária e a privatização dos Correios são suas prioridades agora na retomada dos trabalhos no Congresso.

Guedes disse ter conversado sobre o assunto na segunda-feira com o procurador-geral da República, Augusto Aras.

Posto Ipiranga reduzido: Bolsonaro afirma que criação de Ministério do Emprego 'dá uma certa descompressão' em Guedes

Ao defender a privatização dos Correios, ele afirmou que a empresa precisa de investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões por ano, mas não consegue investir um décimo do necessário.

“É melhor dar uma chance de a empresa sobreviver, se capitalizar”, disse Guedes, incluindo a Eletrobras entre as estatais que precisam ser vendidas pelo mesmo motivo. “Ou você se moderniza ou morre”.

Sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) para parcelamento de precatórios, Guedes disse que a criação de um fundo de “pagamento de passivos da União” não se trata de calote ou ação que burle o teto de gastos. Ele justificou a defesa da PEC dizendo que os pagamentos se tornariam obrigações desse fundo constitucional.

PRIMEIRA MISSÃO DE ALTOS FUNCIONÁRIOS DE BIDEN AO BRASIL PÕE FOCO NA CHINA E BUSCA RELAÇÃO PRAGMÁTICA COM BOLSONARO

Governo do democrata quer evitar ao máximo comprar briga com Brasília, para não ter participação na polarização com o PT na campanha de 2022

Por Janaina Figueiredo e Eliane Oliveira



Sem máscara, Bolsonaro recebe o conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca, Jake Sullivan, na visita de mais alto nível de uma autoridade do governo Biden ao Brasil até agora Foto: Embaixada dos Estados Unidos no Brasil/Reprodução

Na primeira visita de funcionários de alto nível da Casa Branca ao Brasil desde a posse de Joe Biden, em janeiro, a agenda da missão que visita Brasília nesta quinta-feira, liderada pelo conselheiro de Segurança Nacional, Jake Sullivan, é profundamente pragmática e concentrada em questões prioritárias para os

Estados Unidos, como o leilão da tecnologia de telefonia móvel 5G, disseram fontes ouvidas pelo GLOBO.

Nesta manhã, Sullivan e sua equipe foram recebidos pelo presidente Jair Bolsonaro, em encontro que não constava na agenda presidencial. O presidente recebeu o visitante sem usar máscara, e o conselheiro de Biden, que usava a proteção, deixou o Planalto sem dar declarações. Fotos do encontro foram postadas em rede social pela Embaixada dos Estados Unidos, segundo a qual os dois lados "reafirmaram a importância da parceria estratégica" bilateral.

Diferentemente da relação mais fluida e abrangente que o governo Biden tem com a Argentina, país que a equipe de Biden visitará nesta sexta-feira, com o governo de Bolsonaro sabe-se que as diferenças políticas tornam difícil um vínculo que vá além da possibilidade de trabalhar juntos em interesses comuns.

Embora tenha atacado a política ambiental do governo brasileiro na campanha eleitoral do ano passado, desde que assumiu o poder Biden evitou abrir frentes de conflito com o Brasil, decepcionando a ala esquerda do Partido Democrata.

Os pontos mais sensíveis da relação continuam sendo a adesão de Bolsonaro às falsas denúncias de fraude eleitoral do ex-presidente Donald Trump e, mais importante, o combate às mudanças climáticas. Numa clara sinalização de que não existe confiança nas promessas feitas por Bolsonaro na Cúpula de Líderes sobre o Clima organizada por Biden em abril, a missão americana se reunirá com governadores da região amazônica.

Cibersegurança

A lista de enviados ao Brasil e à Argentina inclui os diretores do Conselho de Segurança Nacional para o Hemisfério Ocidental, Juan Gonzalez; para Tecnologia e Segurança Nacional, Tarun Chhabra; e para Estratégia de Cibersegurança, Amit Mital. Também está no grupo o alto funcionário do Departamento de Estado Ricardo Zúñiga. No início de julho, esteve em Brasília o diretor da CIA, William Burns.

O conselheiro de Segurança Nacional terá ainda hoje reuniões com o chanceler Carlos França; o ministro da Defesa, Braga Netto; o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno; e o secretário especial de Assuntos Estratégicos, Flávio Rocha; e o secretário especial de Assuntos Estratégicos, Flávio Rocha.

— Trata-se de uma visita muito importante. Sullivan trabalha diretamente com o presidente Biden, e a presença de funcionários como González, Zúniga, Chhabra e Mital significa que é uma missão não apenas americana, é uma missão da Casa Branca que reconhece a importância do Brasil — afirma o ex-embaixador em Brasília Thomas Shannon, para quem o leilão do 5G ocupa uma posição prioritária na agenda americana: — A questão China é central, e dentro dela o 5G é crucial.

Shannon acredita que os enviados de Biden trarão mensagens claras para o governo, mas também para a sociedade.

— Será expressado o desejo de trabalhar juntos. A relação bilateral possível está baseada em interesses comuns, é pragmática — frisa o embaixador.

Do lado brasileiro, a expectativa é de que os enviados de Biden reforcem a pressão, feita desde Trump, pela exclusão da empresa chinesa Huawei da lista de fornecedores de equipamentos para a implantação da rede 5G, sob o argumento, negado pelos chineses, de que Pequim poderia ter acesso a dados sigilosos do governo.

A previsão é de que o leilão aconteça este ano, segundo informou a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) ao TCU (Tribunal de Contas da União), que se pronunciará sobre o edital no dia 18. O documento não exclui a Huawei da rede comercial, mas cria uma rede separada para o governo, da qual a empresa não participaria, segundo já disse o ministro Fábio Faria.

A situação em Venezuela, Nicarágua e Cuba também será tratada na visita. Se com a Argentina Biden aproveita o canal de diálogo que existe entre a Casa Rosada e os governos dos três países, quando se trata de denunciá-los o Brasil de Bolsonaro está mais alinhado. Na semana passada, o governo brasileiro foi um dos 21 países que aderiram a um comunicado dos EUA condenando a repressão em Cuba. O documento nem sequer foi enviado ao governo argentino.

Floresta e eleições

Outro tema da missão será o combate às mudanças climáticas. Existe a expectativa de Sullivan renovar a cobrança de Washington por medidas concretas contra o desmatamento ilegal na Amazônia.

— Houve aproximação do governo de Biden com os ministros de Bolsonaro antes da Cúpula de Líderes do Clima. Quais foram os resultados? O governo brasileiro mudou de tom, mas não mudou a política — aponta Daniel Wilkinson, diretor da Divisão de Meio Ambiente da organização Human Rights Watch (HRW), para quem a aproximação com os governadores da Amazônia é muito importante. — A comunidade internacional está prestando mais atenção aos governadores e ao consórcio que integram. Seu compromisso com o combate ao desmatamento é bem-vindo, e, se for verdadeiro, haverá muito interesse em apoiá-los.

A missão demonstra que o governo Biden está buscando maneiras de conviver com o Brasil. Não existe, na avaliação de Michael Shifter, diretor do Diálogo Interamericano, centro de estudos de Washington, “ânimo de brigar com o Brasil, apesar das pressões dentro da coalizão democrata”:

— Estão ganhando os pragmáticos e moderados, como Sullivan. Claro que, se Bolsonaro fizer algo radical, Biden terá de se posicionar.

Shifter acredita que um cenário de confronto com Bolsonaro será evitado ao máximo, até porque, ressaltou, “existe a consciência de que isso teria impacto na política interna brasileira, e os EUA não querem ter qualquer participação na polarização entre Bolsonaro e o PT”.

Biden e muitos dos integrantes de seu governo se relacionaram com governos do PT, mantendo então boas relações. Hoje, cientes de que o Brasil vive um clima de pré-campanha, o objetivo é se concentrar no pragmatismo para evitar favorecer ou irritar qualquer um dos dois lados da disputa.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/08/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

‘SEGUIREMOS TRAJETÓRIA DE DESALAVANCAGEM E RETORNO FINANCEIRO’, DIZ SILVA E LUNA

Por Fernanda Nunes

Rio - O presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, participou pela primeira vez, nesta quinta-feira, da apresentação de um resultado financeiro da empresa a analistas de mercado. Em sua fala, destacou o caráter técnico da sua gestão, como já havia afirmado na mensagem divulgada ontem junto do balanço. Ele ressaltou também o foco no retorno aos acionistas e a continuidade do programa de redução da dívida.

“Seguiremos a trajetória de desalavancagem e retorno financeiro”, disse Silva e Luna, demonstrando que dará continuidade às premissas das gestões que o antecederam e priorizaram as finanças da empresa, após um período de crise.

Como consequência nesse modelo de administração, a companhia reduziu seu endividamento bruto a um patamar inferior à meta de US\$ 67 bilhões de 2021.

Neste ano ainda, a marca de US\$ 60 bilhões deve ser alcançada, reiterou o presidente. Com isso, a Petrobras deve rever sua política de pagamento de dividendos e privilegiar ainda mais o mercado financeiro.

A estatal anunciou na quarta-feira a antecipação da distribuição de dividendos neste ano, de R\$ 32 bilhões, cerca de US\$ 6 bilhões.

Segundo Silva e Luna, essa decisão é compatível com a geração de caixa e com a sustentabilidade financeira da petrolífera.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 05/08/2021

GOVERNO SOLICITA ESTUDOS PARA RETER ÁGUA EM RESERVATÓRIOS NO PERÍODO DE CHUVAS

Por Marlla Sabino



Hidrelétrica de Ilha Solteira no rio Paraná (MS/SP)

Imagem: Raylton Alves/Banco de Imagens ANA

Brasília - Com o agravamento da crise hídrica, o governo sinalizou preocupação com o abastecimento de energia no período de chuvas do próximo ano. Em reunião nesta quarta-feira, 4, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) solicitou a realização de estudos sobre manter medidas para preservar mais água nos reservatórios de hidrelétricas no período úmido e a respeito

das condições de atendimento eletroenergético na transição do período seco para o período de chuvas em 2021, para o fornecimento em 2022.

Em nota divulgada na noite de quarta, o Ministério de Minas e Energia (MME) informou que, durante a reunião, foi solicitada a “realização de estudos que se façam necessários relativos à permanência de flexibilizações hidráulicas nas usinas hidrelétricas Jupuí e Porto Primavera no próximo período úmido, entre os meses de dezembro de 2021 e abril de 2022”. Caberá ao

Operador Nacional do Sistema (ONS) e à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) analisar as condições de atendimento eletroenergético na transição para o período de chuvas.

O CMSE também deliberou pela ampliação no fornecimento de energia elétrica por meio de usinas termelétricas a óleo diesel e gás natural. Segundo a pasta, o colegiado indicou a disponibilização de um terceiro navio regaseificador, no terminal de regaseificação de Pecém, no Ceará, para possibilitar o fornecimento de gás natural para usinas térmicas. Também foi discutida a autorização para a flexibilização da operação do Sistema Interligado Nacional (SIN), de modo a ampliar o intercâmbio entre os subsistemas, “para aproveitar os excedentes energéticos regionais”.

As ações adicionais, segundo a pasta, visam o enfrentamento da “desafiadora conjuntura atual, com vistas a preservar os usos da água, mantendo, portanto, a governabilidade das cascatas hidráulicas, e garantir o suprimento de energia elétrica aos consumidores brasileiros”.

O ONS também informou o início das ofertas de geração de energia elétrica de usinas termoelétricas sem contratos. “Dessa maneira, dá-se efetividade às diretrizes construídas com vistas ao aumento das disponibilidades energéticas do SIN, recursos que serão essenciais ao longo dos anos 2021 e 2022”, diz a nota.

Em paralelo com as novas ações indicadas, o colegiado deliberou por manter as medidas que estão sendo adotadas nos últimos meses, como o despacho de geração termoelétrica independente do valor e a importação de energia elétrica da Argentina e Uruguai sem substituição, desde que respeitadas as restrições operativas, para minimizar o custo total da operação do sistema elétrico. “Tais medidas têm se mostrado fundamentais para a garantia da segurança do suprimento de energia elétrica no País no cenário atual, conforme monitoramento permanente realizado pelo CMSE.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/08/2021

CÂMARA COMEÇA DISCUSSÃO PARA VOTAR PROJETO QUE ABRE CAMINHO PARA PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS

Relator da proposta, Gil Cutrim, protocolou seu parecer alinhado às demandas do governo, que quer fazer o leilão para venda de 100% da empresa no primeiro semestre do ano que vem

Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A Câmara dos Deputados abriu nesta quinta-feira, 5, a discussão para votação do projeto de lei que abre caminho para a privatização dos Correios. O governo planeja fazer o leilão da estatal no primeiro semestre de 2022, com a venda de 100% da empresa.

Na quarta-feira, 4, o relator da proposta, Gil Cutrim (Republicanos-MA), protocolou seu parecer alinhado às demandas do governo e favorável à desestatização dos Correios. A sessão da Câmara foi aberta pelo presidente da Casa, Arthur Lira (Progressistas-AL), no fim da manhã.

Conforme antecipou o Estadão/Broadcast, o relatório trouxe a possibilidade de um prazo maior de exclusividade na operação de serviços postais pela empresa que arrematar a estatal. Cutrim prevê que esse monopólio terá duração mínima de cinco anos, contados da data de publicação da lei. O contrato de concessão dos serviços, por sua vez, poderá estipular um prazo superior, "a fim de garantir a prestação do serviço postal universal". A exclusividade se refere às atividades relacionadas a carta e cartão postal, correspondência agrupada e serviço público de telegrama.

Outra novidade inserida pelo deputado foi a previsão de estabilidade de um ano e meio para os funcionários da estatal a partir do momento da privatização. Também será disponibilizado aos empregados um plano de demissão voluntária com período de adesão de 180 dias contados da desestatização. Os Correios contavam com 93.050 empregados em março deste ano. Os

benefícios foram idealizados para a proposta enfrentar menos resistência na Câmara, já que há um temor de demissões a partir da venda da estatal.

Recentemente, a secretária do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo, Martha Seillier, afirmou que, apesar de população muitas vezes associar o processo de privatização com demissões, no caso dos Correios, o que se vislumbra é o contrário, como a possibilidade de contratações ao longo dos anos.

O prazo maior de exclusividade nos serviços postais foi uma demanda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável por coordenar estudos sobre a venda da estatal. A consideração feita pelo banco é de que um período maior de manutenção do monopólio é importante para a atratividade e viabilidade do leilão da empresa, já que o novo operador precisará obedecer o comando de um serviço postal universalizado - ou seja atender toda população, incluindo regiões menos atrativas. O parecer também prevê a manutenção da prestação de serviços de caráter social realizados hoje pelos Correios.

Apesar da preocupação do BNDES, integrantes do governo avaliam que não será necessário conferir uma exclusividade aos serviços postais acima de cinco anos. Por ser um tipo de atividade que perde espaço no mercado, o entendimento é que o prazo de cinco anos já será suficiente para dar segurança ao novo operador dos Correios.

No formato de privatização escolhido pelo governo, a estatal será vendida, e os serviços postais, que hoje são monopólio da União, serão prestados pela nova empresa privada em formato de concessão. Por isso, as atividades precisarão ser reguladas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), uma vez que o regime continuará público. O setor de encomendas, que hoje já tem concorrentes no mercado, funcionará em regime privado, com liberdade econômica e de preços, como regra.

O novo operador será obrigado a assegurar a continuidade do serviço postal universal, que inclui carta, impresso, serviço de telegrama, além de objeto postal sujeito à universalização, com dimensões e peso definidos pelo órgão regulador. Cutrim também veda o fechamento das agências que garantam a prestação do serviço postal universal em áreas remotas do país, o que será detalhado no contrato de concessão.

Essas obrigações, por sua vez, poderão ser suavizadas no futuro. Isso porque o parecer prevê que, a cada cinco anos, ato do governo vai promover a revisão do escopo do serviço postal universal, com base em relatório do órgão regulador que irá verificar a essencialidade de cada atividade.

Cutrim também previu no texto uma autorização da transferência de empregados dos Correios por solicitação de qualquer órgão ou ente da administração pública direta ou indireta, mantido o regime jurídico.

Regime tarifário

Sobre a política de preços, Cutrim já estabeleceu algumas diretrizes para a Anatel definir a estrutura tarifária dos serviços postais. Por exemplo, as tarifas poderão ser diferenciadas geograficamente, com base no custo do serviço, na renda dos usuários e nos indicadores sociais. Além disso, o relator cria uma tarifa social para atendimento dos usuários que não tenham condições econômicas de custear o serviço.

“É fundamental considerar que há um conjunto de indivíduos vivendo em condições de pobreza que devem contar com uma precificação diferenciada dos outros. Caso contrário, estaria comprometido o objetivo precípua da universalização”, disse o deputado.

Ao tirar do texto a previsão de transformação da empresa em sociedade de economia mista - já que o governo quer vender 100% da empresa - o relator também exclui da proposta o trecho que extinguiu os benefícios tributários usufruídos hoje pelos Correios, o que ocorreria nessa mudança

na estrutura da estatal. Para Cutrim, o comando não trazia segurança. “Lembramos aqui que a função de regular as limitações constitucionais ao poder de tributar cabe à lei complementar”, afirmou o relator.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 05/08/2021

BOLSONARO CONVERSA SOBRE 5G COM CONSELHEIRO DE SEGURANÇA NACIONAL DOS EUA

Visita, que não consta da agenda oficial do presidente, teve como objetivo reafirmar a parceria estratégica entre os dois países

Por Sofia Aguiar, O Estado de S.Paulo

O presidente Jair Bolsonaro se reuniu na manhã desta quinta-feira, 5, com o conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Jake Sullivan. A visita teve como objetivo reafirmar a parceria estratégica entre as duas nações. O encontro, no entanto, não consta da agenda oficial do chefe do Executivo.



Bolsonaro e o conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Jake Sullivan. Foto: Reprodução Twitter/Embaixada EUA Brasil

A Embaixada dos Estados Unidos anunciou a reunião pelo Twitter e publicou duas fotos do encontro. Em um registro, Bolsonaro e Sullivan aparecem apertando as mãos. O representante americano usa máscara, o presidente, não.

"Chegou hoje a Brasília a delegação dos Estados Unidos liderada pelo Conselheiro da Casa Branca,

Jake Sullivan, para explorar maneiras concretas de expandir a parceria Brasil-EUA e fortalecer as economias de ambos os países", declarou o perfil oficial da Embaixada na rede social.

A conversa abordou a questão da tecnologia 5G, a telefonia móvel de quinta geração. O Brasil prepara o leilão das frequências e o governo americano pressiona o País a evitar o uso de equipamentos chineses. As empresas brasileiras do setor são contra barrar as companhias chinesas.

A tecnologia 5G promete velocidades até 20 vezes superiores ao 4G e permite um consumo maior de vídeos, jogos e ambientes em realidade virtual. O leilão do 5G está previsto para este ano, depois da autorização do Tribunal de Contas da União (TCU).

A Huawei tem sido o principal alvo da diplomacia norte-americana, que defende o banimento mundial da companhia sob a alegação de que ela atua como um braço de espionagem do partido comunista chinês. Essa visão encontra respaldo da ala ideológica do governo. A Huawei, no entanto, nega as acusações, diz que atua há mais de vinte anos no Brasil e reafirma que nunca registrou qualquer problema de violação de dados nos países em que atua.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 05/08/2021

CORREIOS: ENTENDA A PROPOSTA QUE ABRE CAMINHO PARA A PRIVATIZAÇÃO DA ESTATAL

Governo quer fazer leilão de 100% da empresa no primeiro semestre do ano que vem; novo operador terá de atender toda a população, mesmo cidades menos atrativas financeiramente

Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A Câmara dos Deputados pautou para votar nesta quinta-feira, 5, o projeto entregue em fevereiro pelo presidente Jair Bolsonaro que abre caminho para a privatização dos Correios. O texto prevê que a iniciativa privada assuma operações hoje tocadas pela estatal, que tem o monopólio dos serviços postais (cartas e impressos) assegurado pela Constituição.

A Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) foi fundada em 1969, durante a ditadura militar. A expectativa do governo é que, com o aval do Congresso, o leilão da estatal ocorra no primeiro semestre de 2022, com a venda de 100% da empresa.

Entenda os principais pontos do projeto

- Novo operador privado dos Correios precisará manter a universalização dos serviços postais, o que significa atender toda a população, mesmo cidades menos atrativas financeiramente
- Com a venda da empresa, quem arrematar a estatal vai operar os serviços postais por meio de um contrato de concessão. Essas atividades serão reguladas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)
- Funcionários da estatal terão estabilidade de um ano e meio na empresa a partir do momento da privatização. Empregados também terão direito a aderir em 180 dias a um plano de demissão voluntária
- Empresa privatizada terá exclusividade na distribuição de carta, cartão postal, correspondência agrupada e serviço público de telegrama por um período mínimo de cinco anos. O contrato de concessão poderá definir um prazo maior
- Não poderão ser fechadas as agências dos Correios essenciais para a prestação do serviço postal universal em áreas remotas do País
- Formato de cobrança dos serviços postais será definido pela Anatel. As tarifas poderão ser diferenciadas geograficamente, com base no custo do serviço, na renda e nos indicadores sociais. Fica prevista também a criação de uma tarifa social

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/08/2021

INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL CAEM 74% EM 2020, MAS SOMAM US\$ 66,1 BI EM 14 ANOS

Entrada de capital chinês no País somou US\$ 1,9 bilhão em 2020, num período em que a economia foi prejudicada pela pandemia; valor é o menor desde 2014, segundo o Conselho Empresarial Brasil-China

Por Vinicius Neder, O Estado de S.Paulo

RIO - Os investimentos diretos da China no Brasil caíram 74% em 2020, para US\$ 1,9 bilhão, por causa da crise em razão dos desdobramentos da covid-19. Foi o menor valor anual desde 2014, conforme estudo do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), que será divulgado nesta quinta-feira, 5. O levantamento vai de 2007 a 2020, período em que os aportes chineses no País acumularam US\$ 66,1 bilhões, ou R\$ 343,2 bilhões pelo câmbio atual, em 176 projetos. Nesse período, o Brasil ficou com 47% dos investimentos totais da China na América do Sul.

“Em 2020, a queda (nos investimentos estrangeiros) foi sentida de forma geral no mundo”, afirmou o diretor de Conteúdo e Pesquisa do CEBC, Tulio Cariello, que apresentará o estudo em seminário online marcado para as 10 horas desta quinta.

No ano passado, os investimentos diretos no País (IDP), de todas as origens, tombaram à metade, para US\$ 34,167 bilhões, conforme dados já divulgados pelo Banco Central (BC). Ao mesmo tempo, o fluxo global de investimentos caiu 35% ante 2019, para US\$ 1 trilhão, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad).

Além disso, a queda nos investimentos chineses no Brasil em 2020 se deu após uma alta de 117% em 2019 ante 2018. No ano anterior à pandemia, os aportes somaram US\$ 7,3 bilhões, num avanço descolado da tendência de moderação nos aportes da China no exterior de 2017 em diante.

Conforme o estudo do CEBC, em valores, os investimentos chineses são concentrados nos setores elétrico (com 48% do total de 2007 a 2020) e petrolífero (com 28% do total). Também são feitos majoritariamente por 16 empresas estatais centrais – diretamente subordinadas ao Conselho de Estado da China – que atuam no Brasil e responderam por 82% dos investimentos acumulados de 2007 a 2020.

No setor elétrico, os destaques são a State Grid – que levou, em leilões de concessão, a operação de grandes linhas de transmissão, como as que conectam a hidrelétrica de Belo Monte, e adquiriu o controle da CPFL – e a China Three Gorges (CTG) – dona da hidrelétrica chinesa de mesmo nome e maior geradora privada de energia no Brasil. Segundo o CEBC, a maioria dos ativos dessas duas estatais fora da China está no Brasil.

No setor de petróleo, estão no País a China Petrochemical Corporation (Sinopec), a China National Petroleum Corporation (CNPC), a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e a Sinochem. Elas têm investido, principalmente, em consórcios com a Petrobras para explorar campos de petróleo e gás na camada pré-sal.



Segundo o CEBC, em valores, os investimentos chineses são concentrados nos setores elétrico e petrolífero. Foto: Marcelo Min/Estadão

Segundo Cariello, a concentração dos valores investidos nos setores elétrico e petrolífero está relacionada ao fato de que eles são intensivos em capital. Além disso, comparados a outros setores igualmente intensivos em capital, como transportes e logística, estão mais abertos a investimentos estrangeiros, em termos regulatórios e de oportunidades.

Por outro lado, a análise por número de projetos sugere que a concentração é menor, ponderou o diretor do CEBC. Dos 176 projetos com investimento chinês de 2007 a 2020, 31% são do setor elétrico, enquanto 28% são da indústria manufatureira. São empreendimentos nos setores automotivo, eletroeletrônico, químico e de máquinas e equipamentos, de empresas como BYD, TCL, Gree, Midea, Sanxing Electric, Chery, Sany, XCMG e Liugong. Em valores, respondem por apenas 6% dos investimentos de 2007 a 2020 – comprar ou construir uma fábrica é mais barato do que tirar do papel grandes obras de infraestrutura, como as linhas de transmissão.

Também com valores relativamente menores, o setor de tecnologia da informação (TI) respondeu por 7% dos projetos registrados pelo CEBC em 14 anos. Entre os negócios mais conhecidos nessa área estão a compra do controle do aplicativo de táxis brasileiro 99 pela Didi Chuxing e o investimento da chinesa Tencent, dona do aplicativo de mensagens WeChat, no Nubank, fintech avaliada em US\$ 30 bilhões após recentes rodadas de investimento.

Em relação à forma de ingresso dos investimentos, 70% dos aportes de 2007 a 2020 se deram por meio de fusões e aquisições. Para Cariello, isso reflete o aprendizado dos investidores chineses, que passaram a preferir a compra de empresas ou ativos existentes, como forma de se adaptar ao ambiente de negócios e à burocracia do Brasil.

Embora, tradicionalmente, os investimentos em fusões e aquisições movimentem menos a economia, já que não constroem ativos do zero, Cariello lembrou que muitas das empresas compradas pelos chineses estavam em dificuldades. Segundo dados da Rede Acadêmica da América Latina e do Caribe sobre China (Rede ALC-China), citados pelo estudo, investimentos chineses em novos projetos no Brasil geraram 34,5 mil empregos de 2003 a 2020. Enquanto isso, as aquisições de investidores chineses teriam mantido um total de 140,4 mil postos de trabalho no País.

De acordo com o diretor do CEBC, para 2021, alguns movimentos em setores como o automotivo, o elétrico e o de TI poderão puxar uma recuperação, ainda que sobre uma “base de comparação baixa” em 2020. Isso porque, se a queda dos investimentos diretos chineses no Brasil em 2020 seguiu a tendência global, no longo prazo, a perspectiva é de crescimento. Cariello lembrou que o avanço nos investimentos externos chineses nas duas últimas décadas acompanha o aumento do peso geopolítico do gigante asiático, processo que ainda não terminou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/08/2021

EINSTEIN E OS PAINÉIS SOLARES

Há cerca de 150 anos, os primeiros passos rumo a uma matriz energética global sustentável eram dados

Por Guy Perelmuter, O Estado de S.Paulo

A US Energy Information Administration (EIA, Agência de Informação de Energia) faz parte do Departamento de Energia dos Estados Unidos, e é responsável pela obtenção e análise de informações sobre o setor. De acordo com a entidade, em 2013 o mundo consumiu cerca de 567 EJ (um exajoule é aproximadamente equivalente à energia contida em 174 milhões de barris de petróleo). A energia solar absorvida pela atmosfera, oceanos e continentes a cada 90 minutos é de cerca de 660 EJ. Em outras palavras, a Terra recebe mais energia em uma hora e meia do que sua população consome em um ano. Os desafios tecnológicos para transformar este potencial em eletricidade residem, entre outros fatores, nos próprios painéis solares, que atualmente atingem entre 15% e 25% de eficiência na conversão da radiação solar em eletricidade (há casos em que taxas de 40% são alcançadas) e na capacidade de armazenamento de energia das baterias.

Vimos aqui que a primeira tentativa documentada de transformar energia solar em eletricidade é de 1883, quando Charles Fritts – morador de Nova Iorque – relatou que “revestir selênio com uma fina camada de ouro produz uma corrente contínua, constante e de força considerável”. A eficiência da conversão não chegava a 2%. Em setembro de 1888, o químico e engenheiro inglês naturalizado norte-americano Edward Weston (1850-1936) recebeu duas de suas trezentos e trinta e quatro patentes nos EUA por sua invenção para “transformar a energia radiante derivada do sol em energia elétrica ou, por meio da energia elétrica, em energia mecânica”. Menos de dez anos depois, em agosto de 1897, foi a vez de Harry Reagan patentear as baterias térmicas (que, como o próprio nome diz, armazenam energia térmica e não eletricidade).



Desafios tecnológicos para transformar o raio solar em eletricidade residem, entre outros fatores, nos próprios painéis solares. Foto: Felipe Rau/Estadão

Uma curiosidade científica pouco conhecida é que Albert Einstein (1879-1955) ganhou o Prêmio Nobel de Física de 1921 “por seus serviços à Física Teórica, e especialmente por sua descoberta da lei do efeito fotoelétrico”. Este é justamente o efeito observado quando luz com um nível mínimo de energia atinge um metal e “liberta” um elétron (que passa a ser chamado de fotoelétron), e é o motivo pelo qual painéis solares

funcionam.

Foi em 1954 que Daryl Chapin, Calvin Fuller e Gerald Pearson – três cientistas do famoso Bell Labs, de onde surgiram múltiplas tecnologias revolucionárias como o transistor, o laser e o sistema operacional UNIX – criaram a primeira célula solar capaz de converter energia solar em quantidade suficiente para fornecer energia para um equipamento elétrico através de uma célula fotovoltaica de silício. A eficiência obtida na conversão da energia solar em energia elétrica era de cerca de 6%. Ao longo dos últimos cinquenta anos, avanços em ciências de materiais e em manufatura permitiram o incremento gradual deste percentual, que deve seguir aumentando. O

custo por watt das células fotovoltaicas despencou de US\$76,00 em 1977 para US\$0,30 em 2015 – uma redução de 99,6% – segundo dados da Bloomberg New Energy Finance e da EnergyTrend.

No segmento de geração de energia, um dos conceitos fundamentais para avaliação de uma tecnologia é o “custo nivelado da energia” (LEC, levelized cost of energy), que procura representar a receita média necessária para recuperar os custos de construção e operação de uma usina. As decisões de investimento em fontes renováveis ou não-renováveis passam por esse conceito, e seus desdobramentos são importantes para que possamos atuar em um dos principais causadores do efeito estufa – quando gases na atmosfera impedem que raios solares refletidos a partir da superfície do planeta voltem para o espaço, causando assim o aquecimento global. Dados da plataforma Climate Watch indicam que em 2018 as emissões globais de gases de efeito estufa eram equivalentes a 48,94 bilhões de toneladas de CO₂, sendo a geração de energia elétrica responsável por quase um terço deste valor (ou 15,59 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente).

A importância deste tema não pode ser subestimada, considerando-se a crescente demanda por energia em nossa sociedade. Na próxima coluna, iremos falar sobre as tecnologias e os custos de geração de eletricidade. Até lá.

*FUNDADOR DA GRIDS CAPITAL E AUTOR DO LIVRO "FUTURO PRESENTE - O MUNDO MOVIDO À TECNOLOGIA", VENCEDOR DO PRÊMIO JABUTI 2020 NA CATEGORIA CIÊNCIAS. É ENGENHEIRO DE COMPUTAÇÃO E MESTRE EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Fonte: *O Estado de São Paulo* - SP
Data: 05/08/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

'VAMOS PARTICIPAR DOS PRÓXIMOS LEILÕES, TEMOS ESTRUTURA DE CAPITALSADIA', DIZ PRESIDENTE DA IGUÁ

Entre os processos que a Iguá avalia participar, estão a concessão do Amapá, que deve ocorrer em setembro, e a de Porto Alegre
Por Ana Paula Machado, Valor — São Paulo

O presidente da companhia de saneamento Iguá, Carlos Brandão, disse nesta quinta-feira (5), durante a Live do Valor, que a companhia está com estrutura de capital sadia, após a entrada de um sócio investidor – o fundo canadense Canada Pension Plan (CPP). “O pipeline é super robusto, há muitas oportunidades. Vamos estar preparados para todos os processos [leilões]. Hoje, a nossa dívida é maior em função do processo da Cedae, mas a desalavancagem ocorrerá mais rapidamente. Ao longo de 2022, vamos participar dos processos, com apetite grande e com estrutura de capital sadia”, disse.

A Iguá é fruto da reestruturação da antiga CAB Ambiental, do grupo Galvão. Hoje a empresa é administrada pela gestora IG4 Capital e tem como acionistas de peso, além do CPP, o fundo de pensão canadense Alberta Investment Management Corporation (AIMCo).

Entre os processos que a Iguá avalia participar, estão a concessão do Amapá, que deve acontecer em setembro, e a de Porto Alegre. Segundo Brandão, são projetos que estão baseados em concessão pura e que, no caso de Porto Alegre, tem sinergia com as operações que a companhia tem no Rio Grande do Sul.

“O processo do Amapá faz parte do nosso pipeline e estamos estudando. Temos preferência por concessões plenas, como os dos municípios de Orlandia em São Paulo e Porto Alegre”, ressaltou o executivo.

Brandão acrescentou que, com a integração da Cedae, a empresa dobrou de tamanho e com isso passa a olhar projetos de municípios médios e grandes. “O nosso driver será o populacional. Até porque as cidades menores devem ser acopladas dentro da estratégia de regionalização que deve vir para frente.”

Outro processo que desperta interesse da Iguá, é a privatização da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), segundo Brandão. “Esse processo também faz parte das nossas estratégias de crescimento. Além de licitações e concessões plenas”, afirmou.

Para financiar todo o pipeline da Iguá, Brandão ressaltou que a companhia não deve abrir o seu capital, pelo menos neste ano. A empresa tinha aberto o processo de IPO mas desistiu da listagem na B3 depois de conseguir um sócio investidor.

Segundo ele, em paralelo ao projeto de IPO, a Iguá também buscava um sócio investidor para permitir o crescimento da empresa. Como o mercado de capitais precificou os papéis da companhia abaixo do pretendido pela Iguá, Brandão firmou que a venda de parte da empresa para o sócio foi a alternativa mais viável.

“Eles enxergaram um valor diferente, o que acabou sendo decisório para tirarmos o pé do IPO e transferir para esse projeto de investidor. Por isso, no curtíssimo prazo, esse ano, não vamos olhar o IPO. Mas, mais para frente, é natural que se reviste a estratégia de financiamento. Vamos estar numa posição muito melhor para trabalhar o valor da companhia”, afirmou o executivo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/08/2021

MINÉRIO DE FERRO DESABA NA CHINA E REGISTRA MENOR NÍVEL EM QUATRO MESES

Tonelada da matéria-prima com teor de 62% de ferro registrou baixa de 6,6% no porto de Qingdao, a US\$ 171,55

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



A percepção de que a China seguirá impondo restrições à produção de aço no país, em tese para cumprir metas ambientais, levou a uma nova rodada de desvalorização do minério de ferro nos mercados à vista e futuro nesta quinta-feira.

Foto : Reprodução/Vale

De acordo com a publicação especializada Fastmarkets MB, a tonelada de minério com teor de 62% de ferro registrou baixa de 6,6% no porto de Qingdao, para US\$ 171,55.

Com isso, em agosto, a commodity passou a exibir queda acumulada de 5,5%. E os ganhos em 2021 foram reduzidos a 6,9%.

Com a baixa de hoje, o preço da principal matéria-prima do aço caiu ao menor nível em quatro meses no mercado à vista.

Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais negociados, para setembro, caíram abaixo da marca de 1 mil yuans por tonelada — com desvalorização de 5,6%, encerraram a sessão diurna em 999 yuans (cerca de US\$ 154) por tonelada.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/08/2021

RAÍZEN ESTREIA NA B3 DISTANTE DOS MÚLTIPLOS DE RENOVÁVEIS

Avaliação fica mais perto de uma empresa de açúcar e álcool ou distribuidora de combustíveis

Por Camila Souza Ramos — De São Paulo



Joint venture entre Cosan e Shell opera na produção de açúcar e álcool, distribuição de combustíveis e energia renovável — Foto: Divulgação

A Raízen, joint venture entre Cosan e Shell, dá início à sua abertura de capital na B3 avaliada inicialmente muito mais próxima dos indicadores de mercado de uma empresa de açúcar e etanol, ou de distribuição de combustíveis, setores em que atua hoje, do que como uma companhia de energias renováveis, como pretende ser referência. Com a precificação concluída anteontem, o valor de firma da companhia ficou em 7,3 vezes o lucro antes de juros, impostos,

depreciação e amortização (Ebitda), e vai para 9 vezes se for considerada a Biosev, cuja aquisição está sendo concluída, conforme apurou o Valor.

Esses múltiplos ainda estão distantes daqueles observados nas empresas que investem em combustíveis e energias renováveis e que têm capital aberto no exterior, como a petroleira finlandesa. Neste, a americana Tesla ou o Renewable Energy Group, cujos indicadores estão na casa dos dois dígitos.

No caso da Neste, empresa que a Raízen apresentou no “roadshow” como a principal referência de negócio por causa da aposta da europeia em biocombustíveis avançados, o múltiplo vem oscilando perto de 30 vezes. A companhia finlandesa ainda tem a maior parte de sua receita com derivados de petróleo, mas a área de biocombustíveis já é o maior da Europa. Além disso, o negócio garante à companhia a maior parcela de seus resultados operacionais e ainda deve crescer para contribuir com sua meta de ser neutra em carbono em 2035.

O Renewable Energy Group, com foco apenas em biocombustíveis, sobretudo na produção de biodiesel e de diesel renovável, apresenta atualmente um indicador um pouco mais próximo do da Raízen, mas ainda acima: 14,9 vezes. Já a Tesla, cuja solução para a redução de emissões é a eletrificação, o múltiplo chega hoje a mais de 120 vezes. Isso porque a companhia obteve seu primeiro lucro em 2020, com reforço da venda de créditos regulatórios com base em carbono para outras montadoras. Em 2019, a empresa de Elon Musk disse que seus veículos já haviam evitado a emissão de 4 milhões de tonelada de carbono.

Com um perfil de negócios único no país, o valor de firma da Raízen em relação ao seu Ebitda está hoje mais próximo das empresas do setor sucroalcooleiro, principalmente a São Martinho, e de suas concorrentes em distribuição de combustíveis no Brasil, que apresentam múltiplos de um dígito.

A São Martinho, por exemplo, é negociada por múltiplo de 6,2 vezes, e estreou na bolsa em 2007 com múltiplo de 7,8 vezes, mas seu indicador já chegou a ultrapassar os 13. O indicador da BR Distribuidora, por sua vez, está em 6,9 vezes, enquanto o da Ultrapar - que além da Ipiranga, tem negócios em química, gás, logística e farmácia - está em pouco mais de 10 vezes.



Desta forma, a “tese ESG” que a Raízen apresentou ao mercado para atrair os investidores se reflete ainda mais nos planos de crescimento do que no modelo atual de negócios.

Para atrair os investidores para o IPO, a Raízen reforçou que pretende alavancar seu crescimento com energias renováveis, sobretudo etanol celulósico (E2G), biogás e pellets, e vem indicando nas conversas com investidores que pretende traçar a trajetória de múltiplo que a Neste já apresentou.

Por enquanto, porém, a maior receita é a da distribuição de combustíveis. A empresa é uma das líderes do setor, o que a torna uma das maiores compradoras obrigatórias de Créditos de Descarbonização (CBios) para compensar as emissões dos fósseis que vende.

No último exercício, a companhia gastou R\$ 180 milhões com CBios, e este ano terá que comprar 4,6 milhões de títulos (ou mais de 5 milhões, dada sua participação na Petróleo Sabbá). Ao comprar 1 CBio, a distribuidora compensa 1 tonelada de carbono de emissão dos combustíveis fósseis vendidos, como prevê o programa federal RenovaBio.

O negócio de renováveis - que hoje é basicamente etanol de primeira geração e energia - colaboram proporcionalmente mais com os resultados operacionais, representando um terço do Ebitda do último exercício. Para que os resultados com este segmento ganhem mais importância para a Raízen e impulsionem o valor da companhia, um gestor que acompanha usinas de etanol avaliou que a empresa terá não só que investir nas unidades de E2G prometidas, mas garantir rentabilidade e competitividade com o produto.

O valor do múltiplo da Raízen pressupõe um Ebitda neste ano de aproximadamente R\$ 10 bilhões. No último exercício (2020/21), encerrado em março, a companhia teve um Ebitda ajustado de R\$ 6,6 bilhões.

Com o IPO, a entrada líquida de recursos no caixa da Raízen será de R\$ 6,7 bilhões, dos quais R\$ 5,4 bilhões irão para construção de novas usinas de “produtos renováveis”, R\$ 1 bilhão irá para aumento da infraestrutura para suportar o aumento da produção, e R\$ 337 mil serão aportes em eficiência industrial.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/08/2021

ESTUDO MAPEIA ACESSO À REDE 4G EM ÁREAS DE CANA DE SÃO PAULO

No Estado, dois terços dos canaviais estão em municípios com cobertura de até 60% de sinal 4G, diz Rabobank

Por Camila Souza Ramos, Valor — São Paulo

Municípios que representam quase dois terços da produção de cana do Estado de São Paulo possuem uma cobertura de sinal 4G em até 60% de seu território, enquanto um terço da produção está localizado em municípios com cobertura acima dos 60%, segundo um relatório divulgado hoje pelo Rabobank.

O cálculo foi feito com base nos dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) sobre a cobertura do sinal 4G nos municípios e também nas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foram usadas para identificar as cidades do Estado que produzem pelo menos 1 milhão de toneladas de cana por ano.

No relatório, assinado pelo analista Andy Duff, o banco holandês ressaltou que os dados não revelam quanto efetivamente da área de cana se produz na parte do município que tem a cobertura do sinal 4G. De acordo com mapa divulgado no relatório, as regiões mais atendidas do Estado estão nas proximidades de Ribeirão Preto e Araraquara, e, em menor grau, nas proximidades de São José do Rio Preto e Araçatuba.

O banco listou a falta de conectividade no campo como um dos desafios para ser superado para o avanço da adoção de tecnologia nos canaviais. Sem um bom sinal, a transmissão de dados ocorre com lentidão, e “o potencial que os sensores e computadores de bordo das máquinas apresentam acaba sendo subutilizado, pela ausência de comunicação de dados em tempo real”, disse o analista.

Para contornar o problema, o Rabobank observou que podem ser adotadas soluções próprias, como as tecnologias de satélite e rádio, ou a criação de sistemas híbridos. “A infraestrutura nem precisa ser permanente. Unidades móveis podem ser transportadas para estabelecer uma rede local de internet, por exemplo, com a transmissão dos dados do local para o centro de gestão sendo realizada através de uma conexão entre a unidade móvel e satélite”, disse o Rabobank.

O banco também lembrou que, em algumas regiões, as usinas estão construindo sua própria rede na área onde operam. Porém, essa é uma iniciativa que geralmente demanda escala e grandes investimentos, o que pode deixar de lado produtores menores.

O Rabobank observou que há iniciativas para evitar essa exclusão, como a ação de cooperativas e associações para prestar serviços de tecnologia a seus associados, ou mesmo por parte de usinas junto aos seus fornecedores. Outra solução sendo implementada, segundo o banco, surge a partir do trabalho das empresas de tecnologia, que oferecem alguns serviços com base em assinatura. Essa alternativa faz com que “o custo da tecnologia se torne um fluxo de pagamentos modestos em vez de um investimento significativo e único”, segundo o banco.

Outro desafio listado pelo Rabobank para a adoção das novas tecnologias nos canaviais é a falta de padronização dos dados. Segundo o banco, a falta de padrão entre os dados fornecidos pelas diversas plataformas e fabricantes de máquinas demanda um “pré-tratamento”. “Além de máquinas sofisticadas e de tecnologia de ponta, investimentos em um bom ‘back office’ é importante e faz parte do papel do centro de operações agrícolas”, ressaltou a instituição.

O banco observou ainda que, mesmo com o avanço da inteligência artificial e do machine learning, o “olho humano” ainda é essencial. “É impossível maximizar o desempenho de equipamento e de tecnologia sem pessoas capacitadas, treinadas e motivadas”, sustentou.

Na avaliação do Rabobank, as próximas grandes novidades tecnológicas no setor canavieiro virão com a chegada da tecnologia 5G, que, por sua vez, abrirá espaço para a automatização e robotização das operações no campo. O desenvolvimento da biotecnologia também é visto como um forte potencial pelo banco, sobretudo nas variedades de cana transgênicas desenvolvidas pelo Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) e pelo seu projeto de desenvolvimento de sementes de cana.

Para o banco holandês, “a estrutura do setor de cana no Brasil - grande escala, alta integração das partes agrícolas e industriais da cadeia - ajuda na adoção de muitas das tecnologias” citadas e “representa uma fonte de vantagem competitiva que não será tão fácil para ser adotada fora do Brasil”.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 05/08/2021

NORTE ENERGIA VÊ OPORTUNIDADES COM VENDA DA ELETROBRAS

Empresa, dona da usina de Belo Monte (PA), tem como prioridade aprofundar temas da agenda ESG

Por Gabriela Ruddy e Francisco Góes — Do Rio

Pinto, da Norte Energia: “Queremos ir ao mercado. A privatização da Eletrobras é o que pode acontecer de melhor” — Foto: Divulgação

A Norte Energia, responsável pela construção e operação da usina de Belo Monte (PA) - maior hidrelétrica 100% brasileira -, se prepara para um novo momento depois da privatização da Eletrobras, prevista para ser concluída até fevereiro de 2022. A capitalização da Eletrobras, que tem 49,98% da Norte Energia, deve resultar na reorganização societária da companhia, dona de um único ativo (Belo Monte) na região amazônica. Pode permitir ainda diversificar o portfólio da empresa, e adicionar ao seu mix de geração outras fontes, como a energia solar.

A perspectiva de receber novos sócios, como resultado da venda da Eletrobras, abre também a oportunidade de a Norte Energia vir a oferecer ações na bolsa (hoje a empresa é listada, mas não tem ações negociadas). “Queremos ir para o mercado. A privatização da Eletrobras é o que pode acontecer de melhor para o setor [elétrico] e para a Norte Energia tendo a Eletrobras como acionista”, disse ao Valor Paulo Roberto Pinto, presidente da Norte Energia.

Pinto acredita que o melhor modelo de governança em uma futura nova composição acionária seria o de “corporação”, empresa sem controle acionário definido. Ele defende, inclusive, que o ideal seria listar a empresa no Novo Mercado da B3, que tem regras de governança mais exigentes. Mas reconhece que para chegar lá há muito a ser feito: “Vou precisar saber quem serão os próximos donos [da Norte Energia] e fazer o dever de casa, o que passa pela relação com a sustentabilidade e a agenda ESG [sigla para temas ambientais, sociais e de governança].”

Hoje a Norte Energia tem o capital social distribuído da seguinte forma: grupo Eletrobras detém 49,98%, considerando participações via holding mais Chesf e Eletronorte. Os demais sócios são Neoenergia (10%), Petros (10%), Funcef (10%), Aliança Norte Energia, que reúne Vale e Cemig, com 9%), Sinobras (1%), Amazônia Energia (Light e Cemig, com 9,77%) e J. Malucelli Energia (0,25%). Um acordo de acionistas determina que cada sócio vota, no máximo, com 10% das ações.

Light, Cemig e Neoenergia sinalizaram que têm interesse de vender as respectivas participações acionárias na Norte Energia. Não fica claro se esse movimento poderia ocorrer antes da privatização da Eletrobras, embora o mais lógico seria esperar o fim do processo. Uma vez concluída a privatização da Eletrobras, a Norte Energia passará a ter novos acionistas (os compradores da estatal elétrica). E esse processo, diz Pinto, pode estimular uma oferta de ações da própria Norte Energia. Uma das prioridades, segundo ele, será aprofundar a atuação da empresa em políticas de ESG. Essa agenda já está no topo das prioridades da empresa, diz Pinto. “Uma empresa na região amazônica tem que ter uma boa administração em sustentabilidade, mais do que outras empresas.”

“Uma pergunta que será feita aos acionistas da Eletrobras é o que eles esperam da Norte Energia. É uma empresa de um único ativo ou eles pretendem fazer da companhia uma agência de desenvolvimento na região?”, afirma Pinto.

O executivo diz que a Norte Energia tem potencial para gerar energia também a partir da instalação de placas solares no espelho d’água da usina ou em terra, no entorno do projeto, de modo a aproveitar a infraestrutura existente. “Colocar ações [da Norte Energia] no mercado pode facilitar a própria geração de caixa necessária para fazer esses investimentos. Torço para que os novos acionistas da Eletrobras incrementem o projeto dentro do ambiente privado.”

Para avançar na agenda ESG, a companhia criou um comitê de sustentabilidade, publicou seu primeiro relatório na área e trabalha na implantação de um comitê de responsabilidade. “Belo Monte tem papel para o desenvolvimento da região amazônica. Temos um projeto futuro de criar um instituto para atuar na região”, diz Pinto

Belo Monte tem 11,2 gigawatts de potência, sendo a maior usina completamente brasileira, atrás de Itaipu, que é binacional. O projeto no Pará é cercado de controvérsias desde a concepção devido aos impactos ambientais e sociais associados à inundação de área para a construção do reservatório, com efeitos sobre populações indígenas e ribeirinhas de Altamira (PA).



A hidrelétrica foi construída a fio d'água, com dois reservatórios menores interligados por um canal, diferentemente do projeto original que previa a inundação de área mais de duas vezes maior. A usina entrou em operação com atraso, com o início de geração parcial apenas em 2016, seis anos depois a assinatura do contrato de concessão pela Norte Energia. A última turbina do projeto começou as operações em 2019.

Mesmo depois do início das operações comerciais, novas questões ambientais voltaram a impactar o projeto. Discussões sobre a redução da vazão de água em Belo Monte começaram no fim do ano passado, após o Ibama verificar um aumento na intensidade dos impactos ambientais do empreendimento, referentes, por exemplo, às populações de peixes e às condições de navegação do Xingu. A empresa tem visão diferente.

Mesmo depois do início das operações comerciais, novas questões ambientais voltaram a impactar o projeto. Discussões sobre a redução da vazão de água em Belo Monte começaram no fim do ano passado, após o Ibama verificar um aumento na intensidade dos impactos ambientais do empreendimento, referentes, por exemplo, às populações de peixes e às condições de navegação do Xingu. A empresa tem visão diferente.

Os impactos levaram o órgão a estabelecer um hidrograma mais restritivo para o projeto no começo de 2021. As partes firmaram acordo, no qual a Norte Energia se comprometeu a aplicar R\$ 157 milhões em três anos na antecipação de ações socioambientais previstas no licenciamento. “Temos painel de dez especialistas que vão fechar relatório mostrando que o impacto foi o previsto na Volta Grande do Xingu [região onde se concentram as discussões]”, diz Pinto. Segundo ele, o relatório deve propor adotar um hidrograma de plena operação para a usina por seis anos e, nesse período, iria se confirmar ou não os impactos socioambientais.

Ainda na área socioambiental, a companhia conduziu uma política de reassentamento para famílias ribeirinhas de Altamira, às beiras do Rio Xingu, onde a Belo Monte está localizada. Cerca de 20 mil pessoas foram remanejadas para bairros construídos pela empresa. A Norte Energia reforçou ainda o saneamento da região e hoje 90% dos 110 mil habitantes do município têm água e esgoto tratados, diz Pinto.

A companhia estima que 4,3 mil indígenas vivam no entorno da usina. Hoje a Norte Energia trabalha em projeto para levar energia solar às comunidades indígenas que têm fornecimento de energia elétrica em poucas horas do dia, a partir da geração de óleo diesel. A instalação de placas solares nas aldeias deve garantir eletricidade renovável 24 horas por dia a essa população. A construção de 64 escolas e projetos para levar telemedicina às tribos indígenas também compõem os projetos da empresa.

A companhia está financeiramente equilibrada, não tem problemas de caixa e tem registrado prejuízos trimestrais devido a questões conjunturais, diz Pinto

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/08/2021

CAMINHONEIROS ARGENTINOS BLOQUEIAM EXPORTAÇÃO DE MILHO PELO PORTO DE BAHIA BLANCA

Motoristas reivindicam tarifa fixa de frete

Por Fernanda Pressinott, Valor — São Paulo

O porto de Bahia Blanca, no sul da Província argentina de Buenos Aires, permanece bloqueado, pelo sexto dia consecutivo, por um grupo de caminhoneiros que exigem tarifa fixa de frete. Segundo a imprensa local, as exportações de milho estão paralisadas no porto.

O fluxo em Bahia Blanca aumentou 30% no último mês, segundo o jornal “La Nacion”, devido à seca no rio Paraná, que prejudica as operações nos portos do Gran Rosario.

Conforme o jornal, os manifestantes estão impedindo a entrada de caminhões para descarregamento nos navios. Os caminhoneiros também abriram as carretas com grãos, que se espalharam pelo porto.

“O impedimento da entrada de caminhões nos terminais de Bahía Blanca é absolutamente ilegal, e afeta o porto que está ajudando a exportar o que o Paraná não nos deixa devido à emergência hídrica. O governo provincial deve agir rapidamente para garantir a livre circulação”, disse Gustavo Idígoras, presidente da Câmara da Indústria do Petróleo da República Argentina e do Centro Exportador de Cereais (Ciara-CEC), ao “La Nacion”.

Apesar de haver espaço no porto de Bahía Blanca, “nenhum caminhoneiro quer carregar porque tem medo”, afirmou um produtor à reportagem.

Nova lei contraria motoristas

Além de uma tarifa fixa mínima – o que os caminhoneiros do Paraguai também estão pedindo -, os motoristas também pedem a suspensão de uma lei que regulamenta o peso e a potência dos caminhões que transportam mercadorias, e que está em vigor desde a última quinta-feira.

A legislação atual estabeleceu um cronograma para a retirada gradual de caminhões de baixa potência de circulação em uma tentativa de aumentar a segurança nas estradas, afirma a consultoria AgriCensus.

A lei estabelece que podem circular veículos com relação potência/peso entre 3,25 e 4,25, com até 45 toneladas de peso bruto combinado, até 3 de dezembro de 2022. Acontece que os caminhões mais antigos pesam menos e permitem um maior volume de carga a ser movimentado, afirma a agência.

“Eles querem continuar usando os caminhões antigos porque, caso contrário, muitos ficarão de fora do sistema – e porque, além disso, podem carregar mais. Talvez um caminhão mais antigo possa movimentar 33 toneladas, contra 28 de um novo”, diz o produtor, que não foi identificado.

Pesquisa da Agricensus indica que, normalmente, 68% do total de exportações de milho são feitas pelo hub Up River, mas a vazante mudou as operações e os portos do Atlântico, como Bahía Blanca e Necochea, estão com trabalho extra. A participação do Up River caiu para 55% de todos os carregamentos.

Segundo dados da Bolsa de Cereais da Bahía Blanca, em 2020 o volume exportado de cereais, oleaginosas e derivados pelo porto chegou a 9,61 milhões de toneladas, queda 18,5% na comparação com 2019. O milho respondeu por 54,2% do total dos embarques do porto.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/08/2021

FOLHA DE S. PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

E SE AS RODOVIAS FOSSEM ELÉTRICAS? A ALEMANHA ESTÁ TESTANDO A IDEIA

Sistema permite que caminhões sejam alimentados com eletricidade por meio de cabos enquanto se movimentam

Por Jack Ewing

OBER-RAMSTADT | THE NEW YORK TIMES - Em uma rodovia ao sul de Frankfurt, recentemente, Thomas Schmieder estava manobrando sua carreta Scania, carregada de tinta, para a faixa da direita. E ao entrar nela ele apertou um botão que você não encontraria no painel da maioria dos caminhões.

Do lado de fora da cabine, uma engenhoca em forma de varal de roupas, com uma espécie de trenó soldado de cabeça para baixo no topo, começou a se desdobrar, do alto da cabine. Enquanto Schmieder dirigia, uma tela de vídeo mostrava os trilhos de metal subindo lentamente e se acoplando aos cabos elétricos montados sobre a faixa de rodagem.

O ruído do caminhão se reduziu muito, quando o motor diesel foi o desligado e os motores elétricos assumiram. O caminhão continuava a ser um caminhão, mas agora sua fonte de energia era a mesma que a de muitos trens ou bondes.

Há um debate sobre libertar o setor de transporte rodoviário da emissão de poluentes, e sobre se baterias ou células a combustível de hidrogênio são a melhor maneira de acionar motores elétricos em veículos de grande porte. Schmieder era parte do teste de um terceiro caminho: um sistema que alimenta os caminhões com eletricidade ao longo do trajeto, usando cabos suspensos sobre a rodovia e um sistema pantográfico montado no topo da cabine.

Em determinado nível, a ideia faz completo sentido. O sistema usa energia de modo eficiente, porque a transmite diretamente da rede elétrica para os motores. A tecnologia permite economizar peso e dinheiro, porque as baterias tendem a ser pesadas e caras, e um caminhão que receba energia de cabos elétricos sobre a pista só precisa de uma bateria com carga suficiente para levá-la da rampa de saída da estrada para seu destino final.

E o sistema é relativamente simples. A Siemens, gigante alemã da eletrônica que desenvolveu o hardware para essa rota de teste, adaptou equipamentos que estão em uso há décadas para acionar bondes e trens.

Em outro nível, a ideia é insana. Quem vai pagar para instalar milhares de quilômetros de cabos elétricos de alta voltagem por sobre as maiores rodovias do planeta?

Descobrir como fazer com que os caminhões zerem suas emissões de poluentes é parte crucial da luta contra a mudança do clima e a poluição atmosférica. Os caminhões diesel de longo alcance geram parte desproporcional das emissões de gases causadores do efeito estufa e outros poluentes, porque passam parte muito grande de seu tempo na estrada.

Mas o setor está dividido. Daimler e Volvo, as duas maiores fabricantes mundiais de caminhões, apostam nas células a combustível de hidrogênio, para os caminhões de longo percurso. Argumentam que as pesadas baterias necessárias a propiciar alcance longo são pouco práticas para os caminhões, porque reduzem muito a capacidade de carga.

A Traton, companhia que controla os fabricantes de caminhões Scania, MAN e Navistar, argumenta que o hidrogênio é caro e ineficiente demais, por conta da energia necessária para produzi-lo. A companhia, cuja acionista majoritária é a Volkswagen, está apostando na melhora contínua das baterias —e nas rodovias eletrificadas.

A Traton está entre os patrocinadores da chamada eHighway, ao sul de Frankfurt, um grupo que inclui também a Siemens e a Autobahn GbmH, a agência governamental que supervisiona o sistema rodoviário alemão. Também existem, segmentos curtos de rodovias eletrificadas nos estados de Schleswig-Holstein e Baden-Württemberg. A tecnologia já foi testada na Suécia e, em 2017, em um trecho de rodovia de 1,5 quilômetro de extensão perto do porto de Los Angeles.

Os trechos de rodovia equipados com os cabos elétricos suspensos são curtos, na Alemanha — cerca de cinco quilômetros em ambos os sentidos, perto de Frankfurt. O propósito deles é testar como o sistema se sai em uso cotidiano por companhias reais de transporte rodoviário, carregando produtos reais. Até o final do ano, mais de 20 caminhões estarão usando o sistema na Alemanha.

E é aí que entra Schmieder, que aprendeu a dirigir caminhões no exército alemão, e seu empregador, uma transportadora chamada Schanz Spedition, da pequena cidade de Ober-Ramstadt, em uma região de colinas e florestas a cerca de 55 quilômetros de Frankfurt.

Se a eHighway vai mesmo entrar em uso comercial em larga escala, é preciso que funcione para empresas como a Schanz, uma companhia familiar administrada por Christine Hemmel e Kerstin Seibert, duas irmãs que são netas do fundador. O pai delas, Hans Adam Schanz, ainda que tecnicamente esteja aposentado, estava ao volante de uma empilhadeira, carregando pallets na caçamba de um caminhão, recentemente, enquanto Schmieder subia à cabine para sua segunda jornada do dia, transportando tinta para um centro de distribuição em Frankfurt.

O movimento está forte, disse Schmieder, porque os lockdowns levaram muitas pessoas a reformar ou melhorar suas casas, e alimentaram a demanda pela tinta fabricada em uma fábrica ao lado da sede da Schanz.

Schmieder faz o mesmo percurso todos os dias, até cinco vezes por dia. É o tipo de rota que os proponentes da eHighway veem como ideal.

Hasso Grünjes, que comanda a parte da Siemens no projeto, disse que fazia sentido eletrificar primeiro rotas pesadamente viajadas, como a que liga o porto holandês de Roterdã a Duisburg, no coração industrial da Alemanha, ou a rodovia que conecta os portos alemães de Hamburgo e Lübeck.

Há muitos caminhões que não fazem outra coisa a não ser viajar entre os mesmos pontos de partida e chegada, disse Grünjes. As transportadoras que usam essas rotas economizariam combustível, seu maior custo, e isso facilmente justificaria o investimento em caminhões com sistemas pantográficos no topo das cabines. Em prazo mais longo, de acordo com números da Siemens, 4.000 quilômetros de rodovias eletrificadas acomodariam 60% do tráfego de caminhões da Alemanha. A Siemens informou no último dia 29 que cooperaria com a fabricante alemã de autopeças Continental na produção em massa dos sistemas pantográficos.

Mas instalar os cabos elétricos suspensos caberia ao governo alemão; o custo foi estimado em 2,5 milhões de euros (R\$ 15,4 milhões) por quilômetro.

O Ministério do Meio Ambiente alemão, que está bancando os testes com as três rodovias eletrificadas no país, está comparando os resultados a estudos sobre caminhões que usam células a combustível de hidrogênio e sobre caminhões alimentados por baterias. Dentro de três ou quatro anos, o ministério anunciou em comunicado, será tomada uma decisão sobre que tecnologia apoiar.

“Numerosos estudos chegaram à conclusão de que os caminhões alimentados por cabos elétricos suspensos, a despeito dos custos elevados de infraestrutura, são a opção que oferece o melhor custo/benefício”, afirmou o ministério.

Mas, respondendo a perguntas do The New York Times, o ministério apontou que as baterias estão se tornando melhores e mais baratas o tempo todo, e os tempos de recarga estão em queda. “Em última análise, o custo total de infraestrutura, veículos e energia decidirá que tecnologia, ou combinação de tecnologias, prevalecerá”, disse o ministério.

O governo vem sendo cauteloso por conta do risco de que os contribuintes paguem o custo da eletrificação das rodovias e a tecnologia termine rejeitada pelas transportadoras ou tornada obsoleta por alguma outra coisa.

“Em teoria, é a melhor ideia”, disse Geert de Cock, especialista em engenharia e energia na Transport & Environment, uma organização ativista de Bruxelas. Mas ele disse que os obstáculos políticos, por exemplo, conseguir acordo entre os governos europeus quanto a padrões técnicos, são muito grandes.

“É mais uma questão de coordenação do que de tecnologia”, disse Cock. “Não apoiamos a ideia porque não acreditamos que ela vá ser concretizada”.

O caminhoneiro Schmieder acredita no projeto. Ele se candidatou a um emprego na Schanz em 2019, quando o projeto de teste estava começando, para poder tomar parte nele.

“Sempre me interessei muito por mobilidade elétrica e seu futuro”, ele disse, dirigindo o Scania por um vale estreito que leva da sede da Schanz à rodovia A5. O caminhão, um híbrido equipado com motor diesel, motor elétrico e uma pequena bateria, passou por uma placa que aponta para o Castelo de Frankenstein, supostamente inspirado pelo monstro fictício.

Pouco depois de ele ingressar na A5, os postes que sustentam os cabos suspensos da eHighway se tornaram visíveis. De dentro da cabine, foi difícil perceber a transição, quando Schmieder conectou o sistema pantográfico aos cabos superiores, um método conhecido como catenária.

Os cabos também recarregam a bateria do caminhão, que porta energia suficiente para que o veículo percorra curtas distâncias sem conexão elétrica, no tráfego urbano. É outra vantagem da catenária: a eHighway pode eliminar a necessidade de paradas para reabastecimento, o que seria importante no setor de transporte rodoviário, para o qual tempo é dinheiro.

“A infraestrutura requer muitos recursos”, disse Manfred Bolze, professor da Universidade Técnica de Darmstadt, que oferece consultoria e análise para o projeto, em um email. “Por outro lado, ela oferece alta eficiência energética e só baterias pequenas são necessárias para a jornada em áreas não cobertas por cabos suspensos”.

Schmieder segurava o volante com leveza enquanto um software de pilotagem automática mantinha o caminhão posicionado sob os cabos. Ele e outros motoristas passaram por um dia de treinamento para aprender a usar o sistema e resolver problemas comuns, como um acidente que bloqueie a faixa eletrificada. Isso já aconteceu com Schmieder, conta o motorista. Ele simplesmente saiu de sob os cabos elétricos e passou para outra faixa, usando o motor diesel do caminhão.

Fonte: Folha de São Paulo - SP
Data: 05/08/2021

BRASIL SE CONSOLIDA COMO PRINCIPAL DESTINO SUL-AMERICANO DE INVESTIMENTOS CHINESES, MOSTRA ESTUDO INÉDITO

Por Igor Patrick



Presidente da República, Jair Bolsonaro recebe o líder da China, Xi Jinping Alan Santos/PR

Mesmo com a retórica diplomática agressiva em Brasília, os investimentos chineses no Brasil cresceram 117% em 2019. Sob os efeitos da pandemia no ano passado, os números tiveram retração (US\$ 7,3 bilhões no ano anterior para US\$ 1,9 bilhão, queda de 74%), mas não o suficiente para ameaçar o posto de principal destino dos investimentos na América do Sul (47% de todos os aportes), somando US\$ 66,1 bilhões na série história

2007-2020. Os números foram revelados por uma pesquisa inédita do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), publicada nesta quinta (5).

O levantamento mostra que, desde 2007, empresas chinesas já efetivaram 176 empreendimentos no Brasil, 31% deles no setor de energia elétrica. State Grid e China Three Gorges, duas gigantes estatais na área de eletricidade, mantêm por aqui suas maiores fatias de investimento fora da China, com 48% e 60% respectivamente.

Autor do estudo, o pesquisador e diretor de conteúdo do CEBC, Túlio Cariello, diz que a atração de aportes expressivos no setor elétrico do Brasil é uma combinação de fatores: a tradição chinesa em investimentos na área de infraestrutura, a necessidade de crescimento dessas estatais para além das fronteiras nacionais e um ambiente de negócios mais estável, se comparado com outros países em desenvolvimento.

“A necessidade de internacionalização dessas empresas chinesas coincidiu com um momento em que o Brasil abria o seu setor de energia elétrica. Óbvio que o Brasil tem apresentado indicadores econômicos irregulares, mas, se comparado à América Latina ou a África de modo geral, aqui energia é uma área estável, com bons engenheiros e marco regulatório maduro. São fatores decisivos nessa atração”, diz.

O pesquisador explica que mesmo com a queda nos aportes do ano passado —tendência mundial causada pela Covid-19—, o setor elétrico brasileiro foi o destino de 97% dos investimentos chineses confirmados no país. São estatísticas tão superiores que, na opinião dele, “é um caso que precisa ser visto à parte dos demais empreendimentos”.

“A China não está sozinha. Há investimentos parecidos da Espanha, da Alemanha e da França, por exemplo. O que chama atenção aqui é que os chineses se apresentam como competitivos não só pelo capital, mas também pelo domínio de tecnologias que não são dominadas por muitos países como o UHV [ultra-alta tensão, capaz de otimizar a distribuição de energia elétrica a longas distâncias], o que é muito benéfico para modernizar nossa matriz energética”, detalha.

Logo atrás da energia, a indústria manufatureira (que abarca os setores químico, de fabricação de maquinário e celulose) se destaca com 28% dos projetos confirmados. Frequentemente citados como essenciais à segurança alimentar chinesa, a agricultura e pecuária ficam com 7%, com destaque para a entrada da gigante estatal Cofco que mantém atividades da origem até o transporte de soja e cana-de-açúcar no Brasil.

Ataques à China não diminuíram apetite chinês

Com o início da pandemia, 2019 foi um ano especialmente tenso em termos diplomáticos para as relações sino-brasileiras. O deputado federal e presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Eduardo Bolsonaro, protagonizou brigas com o embaixador chinês, Yang Wanming, enquanto membros do gabinete ministerial e o próprio presidente Jair Bolsonaro acusaram a China de “guerra biológica”. Mesmo assim, os volumes aportados pelos chineses no Brasil têm se mantido em trajetória ascendente desde o início do atual governo. Para Cariello, os dados mostram que o pragmatismo e o pensamento de longo prazo da China deram provas de resiliência e devem resistir às rusgas no curto prazo.

“Muitos desses investimentos começaram há tempos, né? Eu realmente não consigo vê-los [os chineses] pisando no freio, não acho que empresa chinesa que esteja construindo uma linha de transmissão no Brasil agora pare a obra porque o Bolsonaro falou alguma coisa ruim sobre a China. O que vale no final das contas para o mercado, na China e no resto do mundo, é o lucro”, prevê Cariello, acrescentando que dados de 2021, embora não consolidados, mostram que empresas chinesas continuam levando leilões para administração de usinas e linhas de transmissão.

Mais maduro e confortável com a legislação brasileira, o investidor chinês já se propõe a empreender do zero, construindo fábricas e montando novas operações no país. De acordo com o CEBC, fusões e aquisições (chamadas de “brownfields”) ainda representam 70% de todos os aportes no Brasil desde 2007, mas há mudanças significativas quando se analisam os dados referentes aos projetos em andamento: 48% deles são “greenfield”, ou seja, totalmente novos. Só essa fatia responde pela geração de 34,5 mil empregos diretos, enquanto os 40% em “brownfields” mantiveram os postos de outros 140,1 mil. Os outros 12% correspondem a joint ventures.

Com a expansão da fronteira tecnológica na China, Cariello acredita que há agora uma nova oportunidade se formando para os chineses no Brasil: a tecnologia de ponta. Com isso, deve se tornar mais comum ver as marcas de lá em áreas como a telefonia, internet das coisas, veículos elétricos e autônomos e inteligência artificial.

“A Huawei, que é líder na tecnologia 5G no mundo, já está em território nacional há bastante tempo e deve ganhar mercado, mesmo com as dificuldades políticas envolvidas no leilão. Para várias outras áreas, o Brasil será um mercado interessante. Há um elemento cultural envolvido pelo fato do brasileiro gostar de redes sociais, de games, troca bastante de celular e o mercado de aplicativos aqui é grande. Então é o setor a se acompanhar daqui para frente.”

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data: 05/08/2021



AGÊNCIA BRASIL - DF

BRASIL QUER CHEGAR A 2030 COM 30% DE COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS

Atualmente, 25% dos combustíveis usados no país são renováveis

Por Agência Brasil - Brasília



O Brasil atualmente a segunda posição no que se refere à produção de biodiesel no mundo e é o maior produtor de etanol vindo da cana de açúcar, afirmou o secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME), José Mauro Coelho, em entrevista ao programa A Voz do Brasil. Segundo ele, nossa matriz energética e de transporte é uma das mais limpas do mundo. Cerca de 25% do combustível que utilizamos é proveniente de fontes renováveis e a meta é de chegar a 2030 com uma

participação de 30%. “Isso é único no mundo”.

Um dos responsáveis por esse incremento será o programa Combustível do Futuro. Lançado em abril deste ano, ele tem como objetivo aumentar a participação de combustíveis renováveis e de baixo teor de emissões na nossa matriz e desenvolver tecnologias veiculares nacionais. “O Brasil avançou muito nos veículos Flex Fuel, na utilização dos biocombustíveis. Nesse período de transição energética temos de desenvolver ainda mais essa tecnologia veicular.” Outro objetivo é desenvolver novos biocombustíveis: “Estamos olhando pra frente e vendo novos combustíveis que possam ser inseridos na nossa matriz energética, na nossa matriz de transportes”, disse.

De acordo com Coelho, o mercado de biocombustíveis já é uma realidade no transporte de cargas com o uso do biodiesel. Outras opções são o diesel verde, que já vem sendo usado na Europa, o gás natural e o biometano. Segundo ele, a ideia é, por meio do meio do Combustível do Futuro, desenvolver opções para o setor aéreo e aquaviário. No caso da aviação, será utilizado o bioquerosene de aviação.

O programa Combustível do Futuro também traz estímulos para que operadores de Petróleo e Gás Natural invistam em pesquisa e desenvolvimento.

Acompanhe a entrevista completa:

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 05/08/2021



PROJETO PILOTO EMBARQUE + SEGURO CHEGA AO AEROPORTO DE BRASÍLIA

Por Victor Ribeiro - Repórter da Rádio Nacional - Brasília

O projeto piloto Embarque + Seguro chega este mês ao Aeroporto Internacional de Brasília. O sistema usa o reconhecimento facial para autorizar a entrada no avião.

O uso dessa tecnologia inclui o Brasil entre os países que começam a abandonar a necessidade de apresentar documentos no portão de embarque. O sistema em teste é nacional e foi desenvolvido pelo Serpro, Serviço Federal de Processamento de Dados. Com ele, o embarque deve ser mais ágil, seguro e eficiente. E evita a manipulação de papel e celular no embarque - o que tem sido orientado como medida sanitária.

De acordo com a Infraero, a ferramenta usa uma base de dados unificada, capaz de checar e validar, em poucos segundos, a identidade do passageiro. O projeto Embarque + Seguro permite às empresas aéreas efetuarem o cadastro do nome, CPF e foto do passageiro, na hora do check-in.

Esses dados pessoais só podem ser registrados e usados com o consentimento do viajante. Essa autorização será feita por uma mensagem no celular no momento do check-in. Se o passageiro concordar, as informações são conferidas no banco de dados governamental, para dar precisão e segurança ao processo.

Além de Brasília, outros cinco aeroportos também estão testando essa tecnologia: de Florianópolis; de Salvador; de Confins, na região metropolitana de Belo Horizonte; o Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e o aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 05/08/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de "feeds" é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006